iniciativa liberal

Lista L

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

LIBERALISMO para TODOS

ruirochaliberal.pt

LIBERALISMO PARA TODOS

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

MENSAGEM DE RUI ROCHA
MAIS INICIATIVA LIBERAL, LIBERALISMO PARA TODOS

A Iniciativa Liberal surgiu em Portugal como um **projeto político único e desafiador**. Preencheu um vazio que os partidos tradicionais foram deixando sem representação desde o início da nossa democracia. Ao longo destes cinco anos de existência, fomos desafiados a defender as ideias liberais em atos eleitorais consecutivos, num esforço de enorme exigência face à dimensão da estrutura do partido e dos recursos disponíveis. **Ultrapassámos**, contra muitos prognósticos, **todas as expectativas**.

O **extraordinário sucesso da Iniciativa Liberal** concretizou-se na eleição do primeiro deputado à Assembleia da República, do primeiro deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 90 autarcas por todo o país e, finalmente, de oito deputados à Assembleia da República, constituindo o primeiro grupo parlamentar liberal em Portugal.

Em 2023, **inicia-se um novo ciclo político**, que começa com as eleições regionais da Madeira e termina com as presidenciais de 2026. Para mim, os objetivos de curto prazo são claros: **fazer crescer significativamente a representação da Iniciativa Liberal** em todos os atos eleitorais previstos para o próximo mandato da Comissão Executiva, elegendo os primeiros deputados liberais à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da **Madeira** e ao **Parlamento Europeu** e reforçando a presença liberal na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos **Açores**. A própria constituição da Comissão Executiva que apresento traduz o foco nesse desafio. Na minha dependência direta serão criados os pelouros de Política Regional da Madeira, Política Regional dos Açores e Política Internacional com o propósito claro de darmos prioridade ao desenvolvimento dos programas e das estratégias para essas eleições. **Vamos continuar a crescer**.

Ao mesmo tempo, e tendo em conta a **rápida degradação da governação do PS** e a sua incapacidade de encontrar soluções para o país, **a Iniciativa Liberal deve estar em condições de enfrentar qualquer cenário**, em qualquer momento. Apresento ao partido uma equipa simultaneamente **experiente** e **renovada**, criativa e combativa, sempre rigorosa, corajosa, desafiadora e inconformada, que não renega - antes **assume com orgulho** - o **percurso e a cultura da Iniciativa Liberal**. Sabemos o que fazer para ganhar o futuro e escrever novas páginas de sucesso. Esta equipa garante que a Iniciativa Liberal estará pronta, desde o primeiro dia, para enfrentar todos os desafios. **Estamos preparados!**

Sob a liderança de Carlos Guimarães Pinto, a Iniciativa Liberal afirmou um conjunto de ideias liberais que estavam proscritas do debate público. Com João Cotrim Figueiredo, o crescimento económico tornou-se o tema central da

discussão política. Independentemente dos cenários concretos, a nossa **missão é inequívoca**: no médio prazo, a Iniciativa Liberal reforçará significativamente a sua representação eleitoral e tornar-se-á a força transformadora do sistema político em Portugal. Seremos o **partido que derrotará definitivamente o bipartidarismo**, responsável pelo atraso e pela estagnação do país e a prevalência de clientelas e desígnios de alguns sobre os interesses legítimos dos portugueses. Para isso, devemos – e podemos – ambicionar, nesse horizonte temporal, uma **representação parlamentar** correspondente a uma **expressão eleitoral não inferior a 15%**. É essa a dimensão da nossa ambição: vamos lançar uma nova onda de crescimento da Iniciativa Liberal que será a base para atingirmos esse objetivo.

Para isso, avançaremos com um conjunto de transformações que tornarão o **partido mais rápido, mais ágil e mais participativo**. A existência de vice-presidências dedicadas ao poder autárquico ou à **investigação e conhecimento**, neste caso com a criação também de pelouros de conhecimento local, regional e internacional, revela a ambição de um partido mais forte, mais capaz de apoiar no terreno os autarcas, os núcleos e os membros. Com o mesmo objetivo, será criado um novo pelouro de formação, na minha dependência direta. A vice-presidência de **política nacional** coordenará uma vasta área em que destaco os novos pelouros de descentralização, da reforma do Estado e da ligação entre Grupo Parlamentar e a Comissão Executiva.

Na área da **comunicação**, a continuidade da equipa que define a estratégia e dirige a operação **garante a identidade única da Iniciativa Liberal** e a sua visão estratégica, mas queremos ir ainda mais longe. Por isso, serão criados, na dependência do vice-presidente de estratégia e comunicação, os novos pelouros de **comunicação interna** e de **novos formatos de comunicação**. Acontecerá uma completa reformulação dos sistemas de comunicação interna que tornará a Iniciativa Liberal o partido mais avançado do país no seu funcionamento: portal do membro, canal de WhatsApp para contacto com o partido, sistemas de dispersão de conteúdos de comunicação e partilha de conhecimento com os membros e as equipas de gestão dos núcleos, fóruns de discussão, aplicação móvel, sistemas de formação e de trabalho colaborativo. Todas estas transformações e inovações que tornarão a Iniciativa Liberal um partido muito mais forte, capaz de usar a energia criativa e contributos de todos os seus membros, estão já especificadas e com cronograma definido para entrarem em funcionamento. A substancial melhoria do funcionamento do partido será muito rápida. Da mesma maneira, eu próprio irei promover reuniões trimestrais com grupos de núcleos territoriais para que a comunicação flua mais facilmente entre todos. Criaremos ainda todas as condições para que se avance para uma **revisão estatutária** que prepare o partido para novos desafios. Estas alterações são fundamentais e teremos de as executar com a maior brevidade. O partido não pode desfocar-se do combate à governação socialista. Teremos Mais Iniciativa Liberal em virtude destas

transformações internas, uma Iniciativa Liberal preparada para um novo ciclo de crescimento, ganhando novas camadas de eleitores.

Dificilmente poderia definir um objetivo tão desafiante como o de lançar as condições para atacar em definitivo o bipartidarismo do sistema político português se não estivesse convencido da enorme oportunidade que se abre à Iniciativa Liberal e do potencial do partido. A Iniciativa Liberal é a única força política capaz de apresentar aos portugueses uma visão de país que é uma completa alternativa àquelas que o têm condenado à estagnação e à desesperança. No nosso espectro partidário, os outros atores, sejam eles parte integrante do chamado "centrão" ou forças populistas, distinguem-se apenas pelo maior ou menor grau de estatismo e dirigismo e unem-se no desígnio da manutenção da situação e dos privilégios vigentes. A Iniciativa Liberal assumirá, sem dúvidas ou hesitações, a defesa: (1) das liberdades individuais, concretizadas nas liberdades de ser, de expressar e de escolher; (2) da iniciativa privada; (3) de uma sociedade civil forte; (4) de um Estado enxuto, eficaz e eficiente; (5) do crescimento económico como desígnio central da ação política, indispensável à criação de oportunidades para todos e à mobilidade social. Ser liberal no Portugal da terceira década do século XXI é também ser a voz daqueles que a perderam ou nunca a tiveram. Esta é também uma parte importante do nosso compromisso.

O combate que temos pela frente é político, mas é em simultâneo, e antes de mais, cultural. Vamos desafiar os portugueses para um Portugal diferente. Um Portugal em que a **emigração** será uma **opção, não uma condenação**. Em que a despesa pública e a carga fiscal estarão limitadas porque a primeira não pode constituir um empecilho à liberdade dos nossos filhos e netos, e porque a segunda não pode ser uma restrição à nossa liberdade. Em que a detenção de um cartão de filiação partidária, do PS ou de qualquer outro partido, incluindo da Iniciativa Liberal , será apenas uma opção política, não um trampolim para a carreira. Em que a Constituição garantirá a liberdade dos indivíduos face ao Estado e não será usada para promover a criação de novas restrições aos direitos, liberdades e garantias. Em que o sistema eleitoral não desprezará o voto de centenas de milhares de portugueses, que se verão finalmente representados. Em que o Estado estará ao serviço dos cidadãos, forte nas funções de soberania, eficiente nos serviços que presta ou garante, eficaz na sua organização e gestão. Em que a saúde deixa de ser um campo de batalha entre público e privado, para ser um campo neutro em que todos – público, privado e social – trabalham e colaboram para assegurar os melhores cuidados de saúde aos portugueses. Em que aceder a cuidados de saúde a tempo e horas não seja um luxo apenas acessível a quem tem um seguro de saúde, mas sim uma realidade para todos. Em que, na educação - uma educação a que todos têm realmente acesso - os interesses das famílias e dos alunos estarão no centro da decisão política. A autonomia das instituições de ensino e a concorrência entre estabelecimentos públicos e privados, mas também

entre os próprios estabelecimentos públicos são fundamentais.

O país da Iniciativa Liberal é o Portugal do trabalho, do rigor, da exigência, das oportunidades, do risco e da justa recompensa pelo esforço. Estaremos ao lado de todos os que querem subir na vida pelo seu trabalho, dedicação, criatividade e produtividade. Dos funcionários públicos que desejam ver o seu trabalho avaliado e reconhecido. Dos profissionais liberais e dos trabalhadores independentes. Dos pequenos empresários. De todos quantos não desistem do país e acreditam que podemos construir um Portugal diferente. Seremos a força transformadora de Portugal. Seremos a força que vai libertar o potencial dos portugueses.

É para esta enorme ambição que desafio todos os que acreditam no liberalismo e no potencial do liberalismo para chegar a qualquer parte de Portugal e a todos os portugueses. O desafio de celebrarmos os sucessos da Iniciativa Liberal e de sermos também o partido que, contra a mediocridade imposta pela esquerda, defende o sucesso dos portugueses, sejam eles quem forem, estejam onde estiverem. O desafio de sermos um partido grande que assume uma posição política de matriz liberal para todas as questões, nas chamadas áreas de soberania, Defesa, Administração Interna, Justiça ou Negócios Estrangeiros, mas também na política europeia. O desafio de liderarmos o debate político também nos temas da sustentabilidade, do ambiente, da energia, da agricultura e da água. O desafio de comunicarmos de forma simples e eficaz as nossas ideias nos parlamentos, nas autarquias, nas redes sociais, nos órgãos de comunicação social, mas também na rua sempre que se justificar. O desafio de continuar a afirmar as nossas ideias fundamentais como a redução da carga fiscal, a liberdade de escolha ou a desburocratização, mas também de apresentar propostas de matriz liberal para problemas concretos dos portugueses noutras áreas como a habitação, os transportes, a família ou os serviços do Estado. O desafio de defender a liberdade de expressão e combater fenómenos de índole totalitária, como a cultura de cancelamento. O desafio de construir um país muito mais descentralizado onde o poder está mais perto dos indivíduos. O desafio de derrotar as políticas socialistas, de combater os vícios do bloco central e de preservar sem cedências a radical independência da Iniciativa Liberal face a todos os poderes instalados.

Mais Iniciativa Liberal significará mais desenvolvimento, mais prosperidade e mais oportunidades. Mais Iniciativa Liberal significará mais liberdade. Contem comigo e com esta equipa para este desafio. Nós contamos convosco!

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

iniciativa liberal

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

ruirochaliberal.pt

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

1. MAIS INICIATIVA LIBERAL

1.1 DESAFIOS

1.2 VISÃO, IDENTIDADE E CULTURA

2. EQUIPA

3. ESTRATÉGIA EXTERNA

3.1 ESTRATÉGIA ELEITORAL

3.1.1. PRINCÍPIOS PARA ELEIÇÕES REGULARES OU ANTECIPADAS

3.1.2. MADEIRA 2023

3.1.3. EUROPEIAS 2024

3.1.4. AÇORES 2024

3.2. ESTRATÉGIA POLÍTICA

3.2.1. IDEIAS

3.2.2. AÇÃO

3.3. COMUNICAÇÃO EXTERNA

4. ESTRATÉGIA INTERNA

4.1. CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

4.1.1. TERRITÓRIO

4.1.2. MEMBROS

4.2. ADMINISTRATIVO

4.3 TESOURARIA

4.4. COMUNICAÇÃO INTERNA

4.5. ÓRGÃOS NACIONAIS

4.6. ELEITOS PELA INICIATIVA LIBERAL

4.7 CRONOGRAMA

ruirochaliberal.pt

LIBERALISMO para TODOS

1

MAIS INICIATIVA LIBERAL

iniciativa liberal

1 MAIS INICIATIVA LIBERAL

1.1. DESAFIOS

Portugal apresentou um crescimento económico anémico ao longo do presente milénio. A falta de crescimento tem como consequência a escassez de prosperidade e de oportunidades e a estagnação social. A emigração forçada, sobretudo dos jovens, o despovoamento de uma parte significativa do país, os dados demográficos muitíssimo preocupantes, a ultrapassagem de países que

aderiram mais recentemente à União Europeia em termos de riqueza anual produzida, a perda de poder de compra face à média comunitária, as crescentes inquietações quanto à sustentabilidade da Segurança Social, a pobreza persistente de cerca de dois milhões de portugueses já depois de transferências sociais, a descapitalização das empresas, a dependência absoluta de fundos europeus, a fiscalidade e a burocracia asfixiantes ou a degradação de diversos serviços do Estado são os sintomas de um modelo político, económico e social completamente esgotado.

Entretanto, as eleições legislativas de 2022 trouxeram um novo cenário político, com uma maioria absoluta do PS que passou a dispor dos meios para exercer o poder sem condicionamentos. O PS, que governa o país praticamente de forma ininterrupta desde 1995, é simultaneamente o maior responsável e o partido que mais beneficia com a estagnação económica, por via da multiplicidade de dependências que esse fenómeno gera. António Costa lidera um Governo cansado e não tem uma visão para o país. Sem nada para mostrar, repetem-se os assaltos às instituições, a incompetência grosseira, a delapidação do dinheiro dos contribuintes, o autoritarismo, a prepotência, o nepotismo, a inimputabilidade e os ataques ao princípio da separação de poderes. Tudo se permite ao PS, tudo é do PS, perante um estado de apatia sem fim aparente.

Num quadro de maioria absoluta, há a possibilidade de a legislatura chegar ao fim, apesar dos sinais de rápida degradação do Governo. Se assim for, serão quatro anos de grande atrito que exigem uma elevada resiliência e a capacidade de manter a intensidade da intervenção política num período tão alargado, sinalizando aos portugueses que a Iniciativa Liberal representa a esperança de transformação económica e social que nos trará um país diferente.

Todavia, não sendo de afastar a possibilidade de eleições antecipadas, a Iniciativa Liberal tem de estar preparada para enfrentar de novo as urnas com a mesma energia, determinação e sucesso com que o fez em todos os atos eleitorais até agora. Temos, portanto, um triplo desafio: manter o foco no controlo dos excessos do PS na legislatura em curso, motivar os portugueses para a importância de construir uma alternativa política real e, em paralelo, preparar qualquer alteração política súbita.

Portugal precisa de reformas estruturais. Essas soluções existem. Por todo o mundo, os países passaram por estes desafios, e por todo o mundo surgiram abordagens e soluções. Podemos aprender com os erros e sucessos dos outros. Contrariamente ao que é dito por quem já desistiu do país, as soluções não têm de ser traumáticas. Muitas soluções não exigem sacrifícios ou mais dinheiro do contribuinte – passam simplesmente pelo Estado deixar fazer, intervir menos e

melhor, socorrer-se dos privados e do sector social, providenciar liberdade de escolha aos portugueses. Todas estas soluções são liberais.

Algumas soluções produzirão ganhos imediatos – bastará descomplicar radicalmente. Outras demorarão – foram décadas de más políticas e de remendos sobre remendos que deixaram o país atrofiado e de cinto apertado. Ainda poderá ser longo o processo de transição para uma sociedade mais livre e para um país mais próspero, mas é um caminho que temos de percorrer.

É sobretudo um caminho urgente. **Portugal está a ficar debilitado e descapitalizado - em termos humanos, económicos, sociais e políticos**. Cada ano que se perde é um ano roubado às próximas gerações e mais um ano adiado para as gerações atuais. As soluções necessárias requerem coragem para enfrentar os interesses instalados e a responsabilidade de não deixar ninguém para trás.

As soluções não virão dos outros partidos do regime - seja dos extremos populistas, seja do apagão de soluções e de energia do bloco central. Só a Iniciativa Liberal tem as ideias, a competência, a energia, a independência e a coragem para mudar o país. Sabemos que o liberalismo funciona e faz falta a Portugal. Cabe à Iniciativa Liberal liderar a oposição e abrir caminho para um Portugal Mais Liberal.

Estamos a enfrentar todo o status quo político e administrativo e um eleitorado que pode cair no conformismo e na desesperança mas estamos à altura de assumir as nossas responsabilidades para com os portugueses e temos tudo o que é necessário para superar este desafio.

1.2. VISÃO, IDENTIDADE E CULTURA

A Iniciativa Liberal é o porto seguro para todos **os liberais – os que sabem e os que ainda não sabem** que o são. É o veículo mais eficaz para implementar as ideias liberais em Portugal porque tem a sua cultura liberal como valor não negociável da sua ação. A **Iniciativa Liberal** tem crescido a partir de pessoas com e sem experiência partidária prévia. Todos aqueles que se identificam com as ideias liberais serão sempre bem-vindos.

A Iniciativa Liberal veio para ficar. Tem uma visão e tem uma missão. Seremos persistentes e determinados na promoção de uma reforma profunda do país. Queremos seguir esta ambição e resistir à tentação da pequena política, combatendo a apatia e o derrotismo que se apoderou da sociedade portuguesa e que mina as suas instituições e organizações.

Não basta, como já defenderam muitos, defender a abertura da nossa economia, das nossas instituições e o espoletar da prosperidade que podemos alcançar através do mesmo sistema político-partidário de sempre. Se isso fosse possível, já estaria feito. Escolhemos o caminho que uns consideram ser mais difícil, sim, porque acreditamos que só assim poderíamos introduzir uma **alteração estrutural, transformadora e duradoura no modo como se governa Portugal**: porque não podemos esperar mais e porque sabemos como o fazer.

Instituíram-se, ao longo das últimas décadas, camadas sobre camadas de interesses e controlos sobre a vida dos portugueses, que empobrecem o país e limitam o nosso horizonte comum de prosperidade. Queremos libertar a administração pública, resgatar a política de interesses, sejam eles partidários, empresariais ou outros, para devolver poder económico, cívico e político aos portugueses.

Portugal tem todas as condições para ser um país próspero, preparado para os desafios e oportunidades do futuro, no qual os portugueses possam acreditar que se podem realizar pessoal e profissionalmente. A Iniciativa Liberal não se conformará enquanto esta visão não se tornar realidade. Há que encarar os desafios como são, adotando uma postura de abertura e frontalidade, sem tentar distrair os eleitores da realidade, com os olhos postos nas soluções mais construtivas para o futuro.

› PRINCÍPIOS FIRMES

Somos liberais em toda a linha. Inspiramo-nos numa longa e rica tradição de pensamento político e filosófico que não se esgota em nenhuma pessoa ou organização; as ideias não são derrotadas pelo erguer e queda de personalidades ou governos, por acasos mediáticos ou pelas veleidades do dia. **Defendemos inequivocamente as liberdades individuais, económicas, sociais e políticas**, lutando contra todas as posições autoritárias e quaisquer tentativas do Estado para as restringir. Assumimo-nos frontalmente contra fenómenos sociais de índole iliberal como os coletivismos identitários, a intolerância e a atmosfera de incivilidade que os extremos tanto fazem por cultivar. **Rejeitamos populismos**, afastamo-nos dos extremos e **recusamos a instrumentalização do medo** e da frustração para obter ganhos políticos. **Queremos**, acima de tudo, **transmitir ideias e inspirar esperança**.

É por sabermos quem somos e para onde vamos que **somos um partido de ideias e não de personalidades**. É por isso que a nossa afirmação política não depende da continuidade de figuras-chave e desenvolvemos permanentemente novas personalidades capazes, investindo na preparação das próximas gerações. Não existimos para alimentar egos ou agendas pessoais. As ideias contam mais do que as personalidades, a mensagem é maior que o mensageiro, o projeto político é mais importante que os seus protagonistas: porque sabemos que **um partido não é mais do que um instrumento, e nunca um fim em si mesmo**.

No país que queremos construir, **a cultura da liberdade suplantará uma cultura de paternalismo**. Como dizia Benjamin Franklin "Aqueles que abrem mão da Liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade, nem segurança".

› CONHECIMENTO E CRIATIVIDADE

Norteamos a nossa ação por via de uma cultura que estimula a curiosidade, o conhecimento, a criatividade, a capacidade de adaptação e também o sentido de humor. Procurámos, como continuaremos a procurar, basear todas as nossas propostas em conhecimento sólido, nos melhores dados e exemplos disponíveis e numa **incansável sede de conhecer mais e fazer melhor**, fazendo diferente. E é por via do uso eficaz da informação, de dados e comparações, contextualizando, que também marcamos a diferença.

Não temos medo de desafios, procuramos desafios. E para os enfrentar, em contextos muitas vezes adversos à nossa missão e aos nossos valores, precisamos de criatividade. Foi por isso que usámos o humor enquanto arma política e uma forma de comunicação eficaz. A Iniciativa Liberal inova na forma como o usa, estando disposta a correr riscos, e assim continuará a fazê-lo.

No país que queremos construir, uma cultura de **verdade** vencerá sempre uma cultura de propaganda. Numa sociedade de pessoas livres e adultas, é a frontalidade com que se enfrentam os problemas e a lucidez com que se adoptam soluções que faz evoluir o bem comum. A propaganda é o oposto deste caminho.

› IRREVERÊNCIA, CORAGEM E COMBATIVIDADE

A Iniciativa Liberal nasceu para a alta competição política. Não estamos na política para colher a simpatia de quem nunca votaria em nós. Sabemos que a nossa militância por ideias liberais causa grande desconforto ao

sistema estabelecido, e por isso sabemos que enfrentaremos dificuldades a cada passo do caminho. Mas **não viemos para a arena política para nos deixarmos intimidar ou influenciar**, por sabermos bem a quem devemos lealdade: aos portugueses e às nossas ideias. E isso implicará sempre o combate a um bloco central desgastado, ao nepotismo, às clientelas e à apropriação do aparelho de Estado por interesses partidários e comissários políticos.

Não teremos falta de comparência, nem viraremos as costas ao confronto, seja ele nas instituições, nos debates, na rua, com todos aqueles que incessantemente procuram capturar ou atrofiar as liberdades dos portugueses. Temos orgulho em ser liberais e isso dá-nos força para todos os combates. E **procuraremos sempre fazê-lo valorizando a inteligência e a maturidade política**, atuando com credibilidade, coerência e pertinência, sem nunca perder o sentido de oportunidade, o arrojo e a irreverência.

No país que queremos construir, a cultura da **ambição** levará a melhor sobre a cultura do **conformismo**. Todo o progresso humano depende da capacidade de melhorar continuamente, de aspirar a mais, de não se conformar.

› ABERTURA E PROXIMIDADE

A Iniciativa Liberal tem de estar onde quer que esteja um liberal, ou uma pessoa que é liberal e ainda não sabe, ou onde estejam portugueses que precisem das nossas soluções – por todo o país, e junto das comunidades portuguesas. É preciso sair dos gabinetes, ir para a rua, conhecer a realidade, ir ter com as pessoas que a vivem e experienciam, escutá-las antes de apresentar planos feitos em laboratório, conhecer os seus desafios e problemas, descobrir conjuntamente com as equipas locais as possíveis soluções que o liberalismo tem para dar ao país.

Sabemos que é por as ideias surgirem muitas vezes de onde menos se espera que **não olhamos para as características individuais**, sejam elas o estatuto, a condição económica e social ou qualquer outra identidade que seja de quem pode contribuir para o debate de ideias. É por isso que **não nos revemos na dinâmica interna de outros partidos**, recusando formas de organização assentes em juventudes partidárias ou distritais, bem como quaisquer outras estruturas viradas para dentro, focadas meramente na gestão do poder interno ou em lógicas de aparelho, assentes em barões, eminências pardas ou notáveis artificiais.

A nossa lista integra pessoas experientes que coordenaram, lideraram e apoiaram campanhas eleitorais e ações políticas para fora do partido, que calcorrearam as ruas de todo o país e além-fronteiras, **dando a cara e o corpo pelas ideias liberais** no contacto direto com os portugueses, com um sorriso animado pela esperança num futuro melhor. Somos liberais que não têm medo nem vergonha daquilo em que acreditam e não pensam duas vezes em estar na linha da frente da sua defesa.

No país que queremos construir, **a cultura do mérito derrotará a cultura do compadrio**. Qualquer que seja a função, se não forem os melhores a desempenhá-la perdem os próprios, mas perde sobretudo o país.

DESCONFIANÇA DO PODER

Desconfiamos de qualquer concentração de poder que possa limitar a liberdade dos indivíduos, e conhecemos bem o seu apelo junto de quem está disposto a trocar as suas ideias por um lugar ao sol: conhecemos os efeitos do poder, sabemos o escrutínio incessante que ele exige, e não nos podemos deixar levar pelo canto de quem não tem o interesse do país entre os seus.

Não nos deslumbramos com o poder: desconfiamos dele e queremos limitá-lo, denunciá-lo e desafiar hegemonias instaladas. Não o procuraremos a todo o custo nem trocaremos as nossas convicções por cargos ou privilégios, ou pelo fim de agradar ou alimentar estruturas e clientelas internas.

No país que queremos construir, a **cultura da saudável desconfiança do poder substituirá a cultura do respeitinho**. As hierarquias não são, por si só, sinónimo de autoridade, nem intelectual, nem moral. Todos podem, e devem, contribuir com ideias e iniciativas para o bem comum.

FOCO E RESPONSABILIDADE

É essencial que o partido saiba escolher as batalhas que deve combater e recusar as tentações da dispersão de recursos. Não somos um grupo de debate, uma associação de pensamento ou um clube de amigos. Onde quer que seja necessário, devemos procurar parcerias com a sociedade civil, fomentando uma rede liberal abrangente e sustentada que vá muito para além de um projeto partidário, procurando sempre a abertura a ideias novas e ao trabalho conjunto para mudar Portugal, contribuindo para a vitória cultural do liberalismo.

Iremos sempre **encarar o futuro com uma visão de longo prazo**, sabendo que há revezes e dissabores no caminho e que, por isso mesmo, a visão de

longo prazo dos maratonistas, a perseverança, a paciência e o engenho de encontrar vias alternativas são fundamentais para o sucesso.

A Iniciativa Liberal é um partido político. Apesar de a nossa missão ir muito além de eleger mais representantes, reconhecemos que os nossos recursos são escassos, pelo que fazer tudo só pode resultar num trabalho político proclamatório, artificial e superficial, conduzindo o nosso partido à irrelevância. **O partido tem de se concentrar, com toda a sua energia, onde pode fazer a diferença**: os mandatos são votos de confiança do eleitorado, confiança essa que há que merecer continuamente e que os programas são para cumprir com integridade, coragem e desprendimento.

No país que queremos construir, a cultura da **responsabilidade** prevalecerá sempre sobre a cultura da **impunidade**. Num país liberal a culpa nunca deve morrer solteira, pois ao elevado grau de liberdade de que cada cidadão deve gozar, corresponde um igualmente elevado grau de responsabilidade. E nós assumi-lo-emos na nossa ação política.

PRAGMATISMO, AÇÃO E IMPACTO

Estaremos sempre preparados. As nossas ideias, a nossa política e a nossa comunicação têm de estar sempre a postos. E este trabalho não se faz sozinho: é preciso estar na linha da frente. Não basta esperar que outros desenvolvam uma boa ideia quando nós próprios podemos produzi-la. Para estarmos preparados, não podemos estar enredados em burocracias internas e pequenos processos internos. **Temos de ser pragmáticos, para conseguirmos fazer, desde já, o que é necessário para o futuro**. No dia-a-dia, é fundamental a agilidade. Queremos funcionar agilmente, em rede, e desmultiplicar esforços. Tem de haver responsabilidade política, o que obriga a alargar equipas, mas a estrutura não pode estreitar-se e hierarquizar-se, criando pequenos estrangulamentos na participação dos membros no partido.

Para grandes objetivos, queremos determinar uma visão de sucesso, definir estratégias para ultrapassar obstáculos, e vamos ser ainda melhores na implementação e execução destas ideias. Não queremos atividade política que se esgote em si mesma. **Recusamos por isso purismos radicais, sinalizações de virtude e discursos para bolhas e nichos** que alienariam uma grande parte do eleitorado "que é liberal e não sabe." Não tomaremos opções que limitem a nossa capacidade de influenciar a cultura, a política e a governação, logo limitem a capacidade da Iniciativa Liberal de melhorar o futuro de Portugal. Iremos construir consensos, debater com arrojo, intensidade e franqueza, e iremos tomar as decisões estratégicas que nos levarão ao sucesso.

No país que queremos construir, **a cultura da mudança será vista como positiva, em detrimento da cultura do imobilismo**. Num mundo em constante mutação é o imobilismo que conduz à degradação e é a mudança que nos permite adaptar e prosperar.

A cultura política e social é tão importante para o país como o é para o partido. Um partido liberal, que defenda ideias liberais e albergue uma diversidade de mentalidades e motivações, tem de cultivar uma forte **cultura liberal**. Num partido como a Iniciativa Liberal, **a cultura é um verdadeiro sistema operativo**. Não falamos apenas dos valores fundamentais da liberdade e responsabilidade individuais. Falamos também do mérito, da descentralização, do funcionamento orgânico, da profundidade de pensamento, da integridade, da congruência entre discurso e ação. Tudo isto são, e devem continuar a ser, características essenciais da cultura partidária da Iniciativa Liberal.

A nossa cultura foi essencial no nosso sucesso até aqui, e sê-lo-á, também, no sucesso futuro. A Comissão Executiva cuidará da defesa e do reforço da cultura da Iniciativa Liberal, porque sabe que a cultura tem um alcance, uma profundidade e uma perenidade que sistemas formais nunca conseguirão ter.

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

iniciativa liberal

ruirochaliberal.pt

RUI ROCHA MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

2

EQUIPA

iniciativa liberal

2 EQUIPA

Apresentamos uma equipa experiente e simultaneamente renovada. Aos ativos que foram determinantes na construção do trajecto de sucesso da Iniciativa Liberal, aliamos membros de enorme potencial que a Iniciativa Liberal atraiu desde o início do seu percurso.

Esta é uma equipa disponível e preparada, unida na vontade e capacidade de fortalecer de dentro para fora o nosso partido, envolvendo todas as estruturas, órgãos e membros, garantindo a oportunidade de todos terem a sua voz e contribuir com as suas capacidades e valências para o crescimento e consolidação da Iniciativa Liberal.

RUI ROCHA
PRESIDENTE

Coordenação política geral e representação do Partido.

RICARDO PAIS OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO

Promove o movimento de contracultura que é a Iniciativa Liberal. Define, planeia e executa a mensagem externa da Iniciativa Liberal nos vários meios, tempos e espaços. Continua a liderança na comunicação digital, aumentando a presença na comunicação social e a renovação da comunicação de rua. Garante uma nova comunicação interna com os membros e núcleos locais. Aplica análise, estratégia, técnica, táctica e estética para um único resultado de longo prazo: colocar a Iniciativa Liberal como o partido que tem as ideias, a inteligência, a cultura, a independência, a atitude, a personalidade, a responsabilidade e a capacidade para inspirar e transformar Portugal. E fazê-lo acontecer.

ANGÉLIQUE DA TERESA
VICE-PRESIDENTE POLÍTICA LOCAL

Articular a política da Comissão Executiva com os autarcas liberais e os núcleos locais do partido. Garantir reuniões mensais da Comissão Executiva com os núcleos territoriais para averiguar problemas e encontrar soluções rápidas. Desenvolver equipas locais profissionalizadas para apoio, esclarecimentos, recomendações e orientações aos núcleos no espírito de descentralização, autonomia, entreajuda e cooperação.

BERNARDO BLANCO
VICE-PRESIDENTE POLÍTICA NACIONAL

Coordenar a estratégia política de âmbito nacional, desenvolver propostas de grandes reformas políticas nacionais e garantir uma ligação eficaz a nível de prioridades entre o partido e o grupo parlamentar.

ANA MARTINS
VICE-PRESIDENTE INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

Coordenar os contributos voluntários, de membros e simpatizantes, experientes em diversas áreas de conhecimento e atividade relevantes para a ação política. Canalizar o seu conhecimento especializado para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas bem como de posições políticas fundamentadas em dados oficiais e políticas comparadas a nível local, nacional e internacional. Abrir o Gabinete de Estudos (GE) à participação dos membros que se queiram candidatar, ajustando o seu funcionamento interno a um maior volume de contributos. Articular a produção do GE com as outras estruturas do partido e com os representantes eleitos pela IL nos diferentes orgãos de poder. Sistematizar iniciativas e posicionamentos da IL que são de conhecimento público para consulta generalizada dos membros. Lançar as Jornadas do Gabinete de Estudos como conferência anual do GE.

MIGUEL RANGEL
SECRETARIA GERAL

Assegurar o funcionamento de toda a estrutura do partido, nomeadamente a sua gestão administrativa, logística e política, o que abrange os membros, o património, os serviços bem como os eventos, sobretudo os estatutários.

TIAGO OLIVEIRA MARTINS
TESOURARIA

Coordenar e aprovar todas as componentes financeiras desenvolvidas pelos órgãos Nacionais e pelos Núcleos Territoriais. Gerir o financiamento próprio do Partido (quotas, angariações, donativos e subvenções), orçamentos e demais planeamento financeiro como a elaboração das Contas Anuais. Assegurar a gestão de caixa, aprovação e execução de despesa. Manter o equilíbrio financeiro do Partido. Garantir o cumprimento de todas as obrigações de carácter fiscal, contabilístico e de divulgação de contas do Partido com ao Tribunal Constitucional e outras entidades. Apoiar e capacitar os Grupos de Coordenação Local relativamente a procedimentos internos e regras financeiras dos partidos políticos, e assegurar uma comunicação eficaz entre os seus tesoureiros e os serviços centrais, prestando todo o apoio técnico necessário ao seu bom desempenho.

NUNO BARATA
POLÍTICA REGIONAL - AÇORES

Coordena a política regional em articulação com a política nacional. Será responsável pela preparação das próximas Eleições Regionais dos Açores em 2024. Desenvolve políticas tendentes à implantação do pensamento liberal na Região Autónoma dos Açores, e contribui para a comunicação interna de conhecimento sobre a realidade regional para o Gabinete de Estudos e as restantes estruturas do partido.

NUNO MORNA
POLÍTICA REGIONAL - MADEIRA

Coordena a política regional em articulação com a política nacional. Será responsável pela preparação das próximas Eleições Regionais da Madeira de 2023. Promove a expansão do pensamento liberal na Região Autónoma da Madeira, e articular com as outras estruturas do partido, em especial o Gabinete de Estudos, a comunicação interna de conhecimento sobre política regional a par da local e nacional.

JOANA CORDEIRO
POLÍTICA PARLAMENTAR: LIGAÇÃO AR-CE

Garantir a articulação entre a Comissão Executiva e o Grupo Parlamentar na Assembleia da República, assegurando a correta coordenação e transmissão de informação entre ambos.

PEDRO ALMEIDA
TERRITÓRIO

Implementar a estratégia e coordenação da consolidação e expansão de núcleos territoriais. Garantir o bom funcionamento dos núcleos pelo país, bem como o crescimento do partido pelo território nacional, tendo em vista os vários desafios eleitorais.

RUI RIBEIRO
COMUNICAÇÃO INTERNA: MEMBROS, NÚCLEOS E ÓRGÃOS

Implementar uma estratégia de comunicação eficiente que tome em consideração as necessidades de todos os intervenientes e os relacione com os objectivos da Iniciativa Liberal. A comunicação interna é um processo-chave que deve contribuir para o sucesso de todos os intervenientes, permitindo que a informação flua nos dois sentidos da estrutura, de forma transversal, potenciando o envolvimento dos núcleos de coordenação e membros.
Garantir a implementação de um conjunto de ações para promover a transferência de informação e conhecimento entre os membros e as estruturas do partido – em especial os núcleos territoriais, a Comissão Executiva e o Grupo Parlamentar, bem como os representantes eleitos pela Iniciativa Liberal.

PEDRO SCHULLER
JUVENTUDE

Captar o interesse dos jovens portugueses pelas ideias liberais com foco na mobilização de membros e jovens simpatizantes para o Partido. Capacitar os jovens para a participação cívica e política ativa, através de eventos regulares e da sua expansão nas Universidades. Aprofundar conhecimento sobre o eleitorado jovem, em particular as suas aspirações.

CLÁUDIA NETO DE VASCONCELOS
TERRITÓRIO - EXPANSÃO

Apoiar a criação de novos núcleos territoriais, acompanhando o seu o processo de criação e implementação, de modo a continuar o crescimento do partido em todo o território nacional. Assegurar a ligação direta dos membros que pretendam criar novos Núcleos e a Comissão Executiva. Prestar aos membros todas as informações e recomendações necessárias aos atos fundadores; e acompanhar conjuntamente com outros pelouros, em especial os da Formação e Talento e da Tesouraria, a equipa local durante a sua capacitação inicial.

ANDRÉ ABRANTES AMARAL
REFORMA DO ESTADO

Desenvolver a visão e roteiro liberal para a reforma do Estado, incluindo a reflexão sobre funções do Estado, reforma da administração pública e redução da despesa pública.

MÁRIO AMORIM LOPES
DESCENTRALIZAÇÃO

Desenvolver a visão e roteiro liberal para a descentralização político-administrativa do Estado português, incluindo competências, financiamento, e modelo político.

RODRIGO GONÇALVES DA SILVA
AUTARCAS

Assegurar a ligação política e técnico-jurídica entre a Comissão Executiva e os autarcas eleitos pela Iniciativa Liberal, numa ótica de cooperação e partilha entre os eleitos nacionais e locais. Transmitir propostas e conhecimento entre os autarcas de todo o país.

OLGA BAPTISTA
TERRITÓRIO - CONSOLIDAÇÃO

Prestar apoio técnico, administrativo, operacional e político aos Núcleos Territoriais já existentes. Assegurar o apoio focado em áreas como eventos, comunicação e processos burocráticos. Promover a inovação e melhoria dos processos internos. Implementar um sistema de recolha contínua de contributos de melhoria e necessidades.

LUÍS NASCIMENTO
INTELIGÊNCIA E AUTOMAÇÃO

Suporte à decisão política através da análise de dados, processando indicadores internos e externos, evolução nas sondagens e realidades socioeconómicas dos municípios e do país. Automação de acesso a informação, do seu processamento e sua apresentação.

MIGUEL NORONHA
CONHECIMENTO LOCAL E REGIONAL

Capturar e desenvolver conhecimento sobre a política local, fornecendo a núcleos e autarcas políticas locais que possam ser transversais ao país. Processar conhecimento local para a ação política nacional e vice versa. Promover e facilitar o trabalho dos gabinetes de estudo locais, articulando com o Gabinete de Estudos e outras estruturas nacionais o apoio que lhes for necessário.

RICARDO ZAMITH
AUTARCAS

Assegurar a ligação política e técnico-jurídica entre a Comissão Executiva e os autarcas eleitos pela Iniciativa Liberal, numa ótica de cooperação e partilha entre os eleitos nacionais e locais. Transmitir propostas e conhecimento entre os autarcas de todo o país.

PEDRO PEREIRA
CONHECIMENTO INTERNACIONAL

Capturar conhecimento sobre as melhores práticas internacionais, análises comparativas, e incorporação de informação internacional no desenvolvimento das reformas e propostas nacionais prioritárias. Adquirir e analisar informação relativa à construção, implementação e resultados de políticas públicas em países terceiros com o objetivo de desenvolver propostas de políticas comprovadamente eficazes para Portugal.

CATARINA NETO
COMUNICAÇÃO - NOVOS FORMATOS

Representar a inovação e a disrupção da comunicação digital partidária em Portugal. Somos uma referência e objeto de vários casos de estudo académico. Continuar a liderar a transformação digital na política, evoluindo e descobrindo novos canais e formatos de comunicação, tanto nas redes sociais como nos demais fóruns digitais, de modo a atingir novos públicos e expandir a mensagem liberal.

ANTÓNIO COSTA AMARAL
POLÍTICA INTERNACIONAL

Desenvolve conhecimento, visão e posições do partido relativamente à política internacional com especial incidência na política europeia. Assegura a relação do partido com organizações internacionais, como o ALDE e a Internacional Liberal, e reforça a articulação dos núcleos no estrangeiro com a direcção nacional. Ficará responsável pela preparação do partido das Eleições Europeias de 2024.

BRUNO MOURÃO MARTINS
FORMAÇÃO E TALENTO

Analisa as necessidades de formação e talento, identificando em conjunto com as diferentes estruturas da Iniciativa Liberal as necessidades locais e nacionais de competências bem como a avaliação dos potenciais talentos existentes no partido. Definir e implementar programas de formação e desenvolvimento pessoal para garantir o envolvimento dos membros na aquisição de competências e potenciar os resultados necessários para os desafios do Partido. Promover de forma contínua uma Cultura de Aprendizagem dentro das diferentes estruturas do Partido.

TERESA AGUIAR
JUVENTUDE

BRUNO LOPES
COMUNICAÇÃO

INÊS TEIXEIRA PINHEIRO
POLÍTICA INTERNACIONAL

DIOGO OLIVEIRA
POLÍTICA LOCAL

SANDRA LOURENÇO AMARO
INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

BEATRIZ MARTINS
CONHECIMENTO LOCAL E REGIONAL

LEONOR DARGENT
REFORMA DO ESTADO

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

iniciativa liberal

RUI ROCHA
PRESIDENTE

ANTÓNIO COSTA AMARAL
POLÍTICA INTERNACIONAL

BRUNO MOURÃO MARTINS
FORMAÇÃO E TALENTO

NUNO BARATA
POLÍTICA REGIONAL AÇORES

NUNO MORNA
POLÍTICA REGIONAL MADEIRA

INÊS TEIXEIRA PINHEIRO
POLÍTICA INTERNACIONAL

RICARDO PAIS OLIVEIRA
VP ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO

RUI RIBEIRO
COMUNICAÇÃO INTERNA; MEMBROS, NÚCLEOS E ÓRGÃOS

CATARINA NETO
COMUNICAÇÃO - NOVOS FORMATOS

LUÍS NASCIMENTO
INTELIGÊNCIA E AUTOMAÇÃO

BRUNO LOPES
COMUNICAÇÃO

ANGÉLIQUE DA TERESA
VP POLÍTICA LOCAL

RODRIGO GONÇALVES SILVA
AUTARCAS

RICARDO ZAMITH
AUTARCAS

DIOGO OLIVEIRA
POLÍTICA LOCAL

iniciativa liberal

RUI ROCHA
MAIS INICIATIVA LIBERAL

BERNARDO BLANCO
VP POLÍTICA NACIONAL

ANA MARTINS
VP INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

MIGUEL RANGEL
SECRETÁRIO-GERAL

TIAGO OLIVEIRA MARTINS
TESOUREIRO

ANDRÉ ABRANTES AMARAL
REFORMA DO ESTADO

MIGUEL NORONHA
CONHECIMENTO LOCAL E REGIONAL

PEDRO ALMEIDA
TERRITÓRIO

MÁRIO AMORIM LOPES
DESCENTRALIZAÇÃO

PEDRO PEREIRA
CONHECIMENTO INTERNACIONAL

CLÁUDIA VASCONCELOS
TERRITÓRIO - EXPANSÃO

JOANA CORDEIRO
LIGAÇÃO AR - CE

SANDRA AMARO
INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

OLGA BAPTISTA
TERRITÓRIO - CONSOLIDAÇÃO

LEONOR DARGENT
REFORMA DO ESTADO

BEATRIZ MARTINS
CONHECIMENTO LOCAL E REGIONAL

PEDRO SCHULLER
JUVENTUDE

TERESA AGUIAR
JUVENTUDE

iniciativa liberal

RUI ROCHA
MAIS INICIATIVA LIBERAL

ruirochaliberal.pt

RUI ROCHA MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

3

ESTRATÉGIA EXTERNA

iniciativa liberal

3 ESTRATÉGIA EXTERNA

3.1. ESTRATÉGIA ELEITORAL

PREPARADOS PARA TODOS OS CENÁRIOS

OS OBJETIVOS ELEITORAIS DA INICIATIVA LIBERAL PARA O MANDATO 2023-2024 SÃO:

CRESCER E ELEGER NA MADEIRA (2023) — **2 DEPUTADOS REGIONAIS**

CRESCER E ELEGER PARA A EUROPA (2024) — **1 EURODEPUTADO**

CRESCER E ELEGER NOS AÇORES (2024) — **2 DEPUTADOS REGIONAIS**

3.1.1. PRINCÍPIOS PARA ELEIÇÕES REGULARES OU ANTECIPADAS

Os objetivos principais deste mandato são ter **representação liberal em todos os Parlamentos** (Madeira, Açores, Nacional e Europeu), rompendo com o bipartidarismo e percorrendo caminho rumo à meta de 15% desejada para as próximas eleições legislativas.

A Iniciativa Liberal apresentou-se a todas as eleições que tiveram lugar desde a sua constituição enquanto partido político, tendo atualmente oito deputados nacionais, um deputado regional nos Açores e quase uma centena de autarcas liberais. Durante o mandato da próxima Comissão Executiva terão lugar os seguintes actos eleitorais: **Madeira 2023, Europeias 2024 e Açores 2024**.

A nível nacional a Iniciativa Liberal continuará com a sua estratégia eleitoral de liberalismo em toda linha, ambicionará acabar com a cultura reinante do bipartidarismo, atingindo novos territórios e marcando a agenda política com novos temas que vão de encontro aos problemas dos portugueses.

A Iniciativa Liberal estará preparada para eventuais actos eleitorais antecipados, quer nacionais quer autárquicos, bem como possíveis referendos. Estes desafios devem ser encarados como oportunidades para aprofundar o projeto político liberal. **No caso de eleições legislativas antecipadas, a Iniciativa Liberal ambicionará aumentar o grupo parlamentar**, elegendo pelo menos em Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e também em Leiria e Aveiro. Não obstante, nos Círculos Editoriais onde não prevemos probabilidade de eleição de deputados, a acção política da IL estará também sempre presente através nos Núcleos Territoriais e durante as ações de campanha eleitoral. A IL terá sempre o compromisso com todo o território e com as preocupações de todo o país e de todos os portugueses.

A participação da Iniciativa Liberal nas eleições vai muito além do propósito de eleger representantes políticos. **As posições de poder alcançadas servirão para devolver o poder aos cidadãos. Queremos passar as nossas ideias aos portugueses em todas as eleições**, com programas eleitorais e candidatos solidamente liberais e com uma comunicação apelativa, inteligente e irreverente. Liberalismo para todos e em todo o lado passa por sermos um Partido que sabe transmitir as suas ideias aos portugueses e que deles merece o voto de confiança.

A Comissão Executiva, legitimada pelos membros em Convenção Nacional, tem a responsabilidade estatutária de organizar e coordenar os processos eleitorais a que o partido concorre, sendo depois as candidaturas e programas propostos pela mesma aprovados ou não pelo Conselho Nacional.

O nosso compromisso é o de elaborar programas eleitorais colaborativos. Os programas eleitorais devem ter um carácter solidamente liberal, sempre acompanhados de um espírito reformista. A linguagem deve ser simples e aspiracional, em vez de uma linguagem tecnocrática. As propostas devem ser suportadas por factos e números, com conteúdo informativo e apelativo para os diferentes públicos-alvo.

No caso de eleições nacionais, o nosso compromisso é o de recolher as propostas dos núcleos territoriais para a formação das listas eleitorais, avaliar esses contributos consoante a eleição e a estratégia nacional delineada (cujos critérios são apresentados em Conselho Nacional), tendo sempre em consideração o equilíbrio global da equipa elegível e o cumprimento das exigências legais. No caso de eleições regionais e locais, **assumimos o compromisso de receber os candidatos propostos pelos núcleos** e, salvo casos politicamente excepcionais que possam ser vetados, propor esses exatos nomes para aprovação do Conselho Nacional.

As listas devem promover a imagem da Iniciativa Liberal. As listas eleitorais devem ser analisadas globalmente e promover a complementaridade de experiências e competências, a diversidade de percursos, territórios e profissões, bem como a valorização do mérito, externo e interno.

Os candidatos têm de ser liberais. Os candidatos devem refletir o que é a cultura da Iniciativa Liberal, incluindo as dimensões de responsabilidade, coragem, carácter, integridade e ética. Os candidatos devem exibir inteligência, sabedoria e capacidade de trabalho, bem como capacidade política, técnica e de comunicação. Não precisam de ser obrigatoriamente membros da Iniciativa Liberal mas têm que se rever na Declaração de Princípios, no Programa Político, nas Moções aprovadas em Convenção Nacional e estarem alinhados com o Programa Eleitoral com que concorrem e com a estratégia do partido.

A Iniciativa Liberal apresenta-se, regra geral, a atos eleitorais sozinha, recusando coligações pré-eleitorais. Qualquer acordo pré-eleitoral deve ser validado pelos órgãos do partido mediante análise concreta, sobretudo em eventuais Eleições Autárquicas, em respeito pelos princípios do partido. A Iniciativa Liberal deve manter-se como um projeto político credível, válido e respeitado no que concerne à sua definição programática - mantendo o princípio da priorização da campanha pelas ideias em detrimento de políticas pessoais e de personalidade.

A Iniciativa Liberal só avaliará entendimentos depois do exercício do voto pelos cidadãos. Até às eleições, a Iniciativa Liberal focar-se-á exclusivamente no objetivo de alcançar o melhor resultado possível, lutando contra o estatismo presente em todos os restantes partidos. Em eventuais negociações pós-eleitorais,

a Iniciativa Liberal **deve privilegiar a implementação de políticas à ocupação de cargos, tendo um caderno de compromissos bem definido com as suas principais bandeiras políticas**.

A estratégia pós-eleitoral da Iniciativa Liberal exclui, taxativamente, coligações ou acordos escritos com os partidos de esquerda responsáveis pelo atraso do país e com partidos de cariz populista e iliberal. A Iniciativa Liberal não celebrará, em nenhum dos atos eleitorais quaisquer acordos com o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português ou o Chega.

A Iniciativa Liberal já passou por um ciclo eleitoral completo e segue para novos desafios eleitorais. **Esta equipa integra as pessoas que trabalharam na organização de todas as campanhas que a Iniciativa Liberal teve até hoje**. Esta equipa tem o conhecimento e experiência necessários para organizar campanhas politicamente bem sucedidas, aconteçam elas quando acontecerem, no período regular ou de forma antecipada. Esta equipa tem os responsáveis de comunicação e logística que trouxeram o partido até ao atual sucesso. **Estamos preparados para qualquer eleição, para levar o liberalismo a todos e a todo o lado**.

3.1.2. MADEIRA 2023

O objetivo primordial da Iniciativa Liberal nas Eleições à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a realizar em 2023, é a eleição de pelo menos um deputado regional, acrescentando mais uma representação institucional eleitoral à história de sucesso dos Liberais. Contudo, **a nossa ambição é a eleição de um Grupo Parlamentar para a Assembleia Regional**, maximizando os esforços para que a voz liberal soe bem alto na Madeira.

A Madeira é uma Região sujeita a décadas de sucessivas governações laranja, tanto ao nível regional como autárquico, que exaustivamente ocuparam o aparelho político-administrativo, desenvolveram teias de interesses e dependências, burocracia, custos e dívida, limitando seriamente as oportunidades da iniciativa privada e da sociedade civil madeirense.

O núcleo liberal na Madeira tem feito um extraordinário trabalho, voluntário e em crescendo. Graças a este conjunto de pessoas há cada vez mais liberais assumidos na Madeira. **Mas muitos madeirenses são liberais e ainda não sabem. Está na hora de lhes dar uma voz**. A Madeira tem uma população resiliente e trabalhadora que, sobretudo por via do turismo e de uma

comunidade emigrante significativa, está aberta a ideias liberais de facilitação do emprego e do empreendedorismo. Muita gente madeirense valoriza uma sociedade civil livre e dinâmica e demonstra uma atitude cosmopolita, de hospitalidade e de coexistência pacífica com diferentes projetos de vida.

Aos madeirenses queremos dizer que os liberais sabem o que lhes tem falhado, seja nas responsabilidades dos governos da república, seja na dos governos regionais, que só conheceram uma cor. Estamos atentos ao que se passa na Madeira e acreditamos num modelo diferente, nomeadamente na gestão das finanças regionais. A alternativa liberal tem de ter voz no Parlamento Regional da Madeira.

A Madeira é um território político estratégico para a Iniciativa Liberal, um partido de ideias que acredita na autonomia e na descentralização política, conceitos também muito valorizados pelos madeirenses. A eleição de um grupo parlamentar regional fará muita diferença, tanto na adopção de políticas mais liberais como na elevação da política regional. Adicionalmente, **cumprindo este objetivo, a Iniciativa Liberal terá representação em todos os parlamentos em território nacional**.

A Iniciativa Liberal deverá concorrer com listas próprias às Eleições Regionais da Madeira, mesmo em cenário de elevada polarização. No espírito da descentralização necessária para levar o liberalismo a todos e a todo o lado, o Partido respeitará a autonomia do núcleo ou núcleos territoriais da Madeira para dirigirem o planeamento, organização e execução da estratégia eleitoral, em parceria com a Comissão Executiva sempre que necessário através do Pelouro de Política Regional da Madeira. **Assumimos o compromisso de receber os candidatos propostos pelo núcleo ou núcleos da Madeira** de acordo com os princípios liberais já enunciados acima e, salvo casos politicamente excepcionais, iremos propor esses exatos nomes para aprovação do Conselho Nacional.

A Comissão Executiva irá garantir o suporte logístico, administrativo e financeiro necessário à campanha eleitoral, bem como o apoio comunicacional e político que nos seja pedido, como poderá vir a ser o caso da comunicação do Programa Eleitoral.

Assumimos também o compromisso de uma das primeiras ações do Presidente eleito ser uma deslocação à Madeira, de forma a captar a atenção mediática e fomentar a criação de novos núcleos territoriais com os membros existentes. Iremos garantir a mobilização da diáspora liberal madeirense, em solo nacional e internacional, de modo a angariar mais pessoas, ideias e financiamento. Em articulação com o Grupo Parlamentar da Assembleia da República, iremos angariar apoio político a partir do Continente, incluindo, por exemplo, a promoção de causas madeirenses na Assembleia da República e o **apoio à realização das Jornadas Parlamentares de 2023 na Madeira**.

Face ao cenário político madeirense, em que os partidos eleitos são todos estatistas, será muito pouco provável que a Iniciativa Liberal aceite acordos pós-eleitorais, seja com que partido for. No entanto, caso haja alguma circunstância política completamente excepcional que obrigue à necessidade de elaborar algum acordo de apoio parlamentar, tal deve ser baseado numa lista de exigências de implementação de bandeiras claramente liberais.

Após a eleição, a Comissão Executiva apoiará e articular-se-á, em coordenação com o Núcleo da Madeira, com os representantes eleitos, no interesse do Partido e nos mesmos moldes dos demais representantes eleitos pela Iniciativa Liberal. Todos estarão comprometidos em abrir caminho para as ideias liberais e **contribuir para que os deputados liberais façam toda a diferença na Madeira**.

3.1.3. EUROPEIAS 2024

O objetivo primordial da Iniciativa Liberal nas Eleições ao Parlamento Europeu, a realizar em 2024, **é a eleição do primeiro eurodeputado liberal**. Com esta eleição, e após a eleição da Madeira, a Iniciativa Liberal passará a **ter representação em todos os Parlamentos**. No entanto, com uma grande campanha, ideias consolidadas e candidatos mediaticamente fortes, a Iniciativa Liberal tem a ambição de eleger dois eurodeputados.

O Programa Eleitoral para as Europeias 2024 será organizado de forma participativa pela Comissão Executiva, bebendo da doutrina já estabelecida nas Europeias de 2019, mas olhando para o cenário europeu atual, em colaboração com os responsáveis do pelouro Internacional da CE, com o grupo de estudos internacionais do Gabinete de Estudos, com os deputados e assessores da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Negócios Estrangeiros no Parlamento, devendo passar por um processo participativo com os membros e com a sociedade civil a começar já em 2023.

A Iniciativa Liberal deverá concorrer a este ato eleitoral de forma autónoma, rejeitando acordos ou coligações eleitorais de qualquer tipo, promovendo uma visão liberal sobre o projeto europeu. **A Comissão Executiva irá liderar o processo destas eleições europeias de carácter nacional, mas assumimos o compromisso de envolver os núcleos territoriais na elaboração da lista**: iremos pedir dois nomes de figuras de potencial relevo nacional, pertencentes ou não ao território do núcleo, nos quais vejam as características necessárias para ser eurodeputado liberal. Depois de avaliados esses contributos e de acordo com a estratégia nacional, a Comissão Executiva irá, ouvidas também as suas próprias

recomendações, propor uma lista final para aprovação do Conselho Nacional. Sendo uma eleição com um único círculo nacional, todos os núcleos territoriais devem estar envolvidos na campanha.

Desde a eleição de um deputado à Assembleia da República que os liberais europeus estão interessados no fenómeno da Iniciativa Liberal, o que aumentou consideravelmente depois da eleição de oito deputados nacionais. A Iniciativa Liberal está a ser observada pelo ALDE, pelo Renew e por think tanks europeus e as relações com estes têm vindo a solidificar-se nos últimos dois anos. **Esta equipa tem excelentes relações internacionais que serão cruciais durante as eleições europeias e nos trabalhos após a eleição**. É nesta equipa que estão as pessoas que estiveram em todas as campanhas da Iniciativa Liberal.

A seguir às eleições, durante o próximo mandato europeu, a Iniciativa Liberal **deverá integrar o grupo parlamentar que se afirmar como liberal**, junto dos partidos da família europeia ALDE Party, e agir corajosamente pelos valores liberais, mesmo que isso implique por vezes estar contra o próprio grupo em que está inserida. A Iniciativa Liberal no Parlamento Europeu aplicará as mesmas linhas vermelhas quanto à extrema-direita e à extrema-esquerda que aplica a nível nacional, pautando a colaboração com outras forças políticas pelo respeito pelos nossos ideais políticos.

Portugal é um país europeu periférico e muita da nossa soberania reside além-fronteiras. A Iniciativa Liberal entende que é importante que os portugueses tenham vozes liberais portuguesas nas instituições europeias. **A Iniciativa Liberal será essa voz liberal na Europa**. A notoriedade adquirida será importante para expandir a marca Iniciativa Liberal e, assim, preparar todos os próximos atos eleitorais.

3.1.4. AÇORES 2024

O objetivo primordial da Iniciativa Liberal nas Eleições à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é a eleição de dois deputados regionais, constituindo o primeiro grupo parlamentar liberal da região. A eleição do atual deputado liberal à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores permitiu revolucionar a política regional, dando à Iniciativa Liberal e às ideias liberais um palco que nunca tiveram numa região dominada pelo PSD e pelo PS desde o início da Democracia.

O deputado liberal à ALRAA conseguiu, sozinho, modular o exercício do poder executivo, obrigando à inclusão de propostas liberais e traçando claras linhas

vermelhas com os extremismos e populismos de todas as cores. Esta Comissão Executiva aposta no atual deputado e na sua equipa para expandir ainda mais a Iniciativa Liberal nos Açores.

A atuação do deputado liberal na assembleia legislativa da região autónoma dos Açores tem sido bastante positiva e um exemplo de coragem e determinação. Com a equipa parlamentar liberal foi possível descer impostos, iniciar privatizações e reduções de despesa e dívida, bem como denunciar vários casos de abusos e incompetências que obrigaram a mudanças políticas por parte do executivo.

Temos confiança e esperança nos açorianos, porque este é o povo do mote "antes morrer livres que em paz sujeitos," onde sobreviveu a esperança da revolução liberal do princípio do século XVIII. Este é um povo imensamente orgulhoso da belíssima terra que herdou e que desconfia de quem, longe ou perto, procura dividir para reinar as nove ilhas que a geografia separou, mas a cultura uniu. **Muitos açorianos são liberais e não o sabem**.

Este é um território político estratégico para um partido liberal que acredita na autonomia e descentralização política, conceitos também muito valorizados pelos açorianos. É importante que a Iniciativa Liberal cresça nos Açores para ser determinante na mudança necessária, para disciplinar o PSD/Açores e tornar incontornável uma liberalização da Região.

A Iniciativa Liberal deverá concorrer com listas próprias às Eleições Regionais dos Açores, mesmo em cenário de elevada polarização. No espírito da descentralização necessária para levar o liberalismo a todos e a todo o lado, o Partido respeitará a autonomia do núcleo ou núcleos territoriais dos Açores para dirigirem o planeamento, organização e execução da estratégia eleitoral, em parceria com a Comissão Executiva sempre que necessário através do Pelouro de Política Regional dos Açores. **Assumimos o compromisso de receber os candidatos propostos pelo núcleo ou núcleos dos Açores** de acordo com os princípios liberais já anunciados acima e, salvo casos politicamente excepcionais, iremos propor esses exatos nomes para aprovação do Conselho Nacional.

A Comissão Executiva irá garantir o suporte logístico, administrativo e financeiro necessário à campanha eleitoral, bem como apoio comunicacional e político que nos seja pedido, como poderá vir a ser o caso da comunicação do Programa Eleitoral.

Assumimos também o compromisso de uma das primeiras ações em 2024 do Presidente eleito ser uma deslocação aos Açores, de forma a chamar a atenção mediática e começar a criação de novos núcleos territoriais com os membros

existentes. Iremos garantir a mobilização da diáspora liberal açoreana, em solo nacional e internacional, de modo a angariar mais pessoas, ideias e financiamento para termos mais votos.

Em articulação com o Grupo Parlamentar nacional iremos angariar apoio político a partir do Continente, incluindo, por exemplo, a promoção de causas açorianas na Assembleia da República e o **apoio à realização das Jornadas Parlamentares de 2024 na Açores**.

Após as eleições, salvo circunstâncias excecionais, a Iniciativa Liberal deve manter o caminho traçado até aqui. A Iniciativa Liberal viabilizará um governo não socialista caso uma série de reformas e medidas liberais sejam implementadas, mantendo a autonomia de fazer uma oposição construtiva ao executivo. É esse o cenário pós-eleitoral que devemos procurar manter.

Após a eleição, a Comissão Executiva apoiará e articular-se-á, em coordenação com o Núcleo dos Açores, com os representantes eleitos, no interesse do Partido e nos mesmos moldes dos demais representantes eleitos da Iniciativa Liberal. Todos estarão comprometidos em abrir caminho para as ideias liberais **e contribuir para que um Grupo Parlamentar liberal faça toda a diferença nos Açores**.

3.2. ESTRATÉGIA POLÍTICA

3.2.1. IDEIAS

A Iniciativa Liberal quer ser o partido político de todos os que querem um Portugal mais próspero, com mais possibilidades e mais oportunidades, em liberdade.

Somos mais que o partido dos liberais, das pessoas que se revêem nos nossos valores e que subscrevem a nossa **Declaração de Princípios**. Somos mais do que o partido das reformas liberais – de uma transformação necessária e urgente do Estado, para libertar as energias criativas dos portugueses, criar prosperidade e desenvolver um país mais próspero e mais sustentável – na linha do que defendemos no nosso **Programa Político** e nos nossos **Programas Eleitorais**. Somos mais do que um partido enquanto máquina partidária, de pessoas organizadas para agir cívica e politicamente, incluindo representantes

eleitos a todos os níveis do poder, com vista a **mudar por dentro a política portuguesa e devolver poder aos portugueses**.

Somos um **movimento de contracultura** que propõe **uma visão nova e entusiasmante** que transforme o nosso país numa década. A visão de um país melhor para todos, de coexistência de diferentes pessoas e múltiplos projectos pessoais e familiares, de maior paz social e cooperação social, de liberdade e concorrência económica, de prosperidade e inovação, de um poder público limitado ao serviço das pessoas e sem o constante assistencialismo paternalista. Uma visão de respeito pelas diferenças individuais e pelo património comum, mas com infinitas possibilidades e oportunidades para todos. Em liberdade.

Esta Moção de Estratégia Global defende que a nossa visão seja defendida de forma assertiva no nosso trabalho programático e político.

Já não basta que as nossas propostas traduzam os nossos princípios e valores, sejam fiéis ao nosso programa político e programas eleitorais. As nossas propostas são produtos políticos – soluções em que acreditamos, compatíveis com as nossas convicções enquanto liberais – mas a mudança necessária acontecerá quando as pessoas aderirem à nossa visão e perceberem que precisam de soluções liberais em toda a linha, e que só a Iniciativa Liberal tem essa oferta política.

Entendemos que o crescimento da Iniciativa Liberal tem de ser feito virado para fora. Nesta Moção Estratégica propomos importantes medidas para dentro. Mas este trabalho interno tem de ser rápido e eficaz para podermos todos estar nas melhores condições de serviço da **nossa visão** para os portugueses.

Esta Moção de Estratégia Global incorpora, pela primeira vez, uma **linha reformista de ideias** – em linha com o programa político da Iniciativa Liberal e o programa eleitoral de 2022 – que colocam Portugal a crescer e que se enquadram com a nova **atitude mais combativa** que propomos para a Iniciativa Liberal.

Escolhemos inovar e ir ao encontro das necessidades das pessoas. As ideias foram organizadas em **nove eixos** que correspondem a **aspirações dos portugueses** - sobretudo quando olham em volta e se dão conta que o país e o Estado não correspondem às suas expectativas.

Para crescer, temos de comunicar fortemente novas bandeiras políticas em novos territórios, de modo a expandir o partido para mais zonas suburbanas e do interior, chegando a novos públicos. Às nossas tradicionais bandeiras -

políticas fiscais, liberdade de escolha na saúde e educação e uma forte oposição ao modelo de desenvolvimento falhado do PS - teremos de somar políticas na área da Justiça, Habitação, Transportes, Segurança Social e Ambiente. Para desenvolver esta visão, temos vários meios e ferramentas programáticas que serão utilizadas. Esta Comissão Executiva irá:

- Implementar as propostas presentes no **Programa Eleitoral de 2022** em estreita colaboração com o Grupo Parlamentar.
- Respeitar a ordem das **Quatro Reformas Estruturais** para o país definidas nas Jornadas Parlamentares de 2022: Saúde, Educação, Segurança Social e Administração Pública.
- Trabalhar com os membros através do **Gabinete de Estudos** para o desenvolvimentos de novas propostas, com ênfase nas áreas da Justiça, Habitação, Transportes, Segurança Social e Ambiente.
- Desenvolver de forma participativa com os membros **Três Manifestos**, tal como já realizado anteriormente, que devem servir como guias políticos para as seguintes áreas: **Descentralização, Reforma do Estado, Ambiente e Energia**.
- Continuar e finalizar o processo participado de **Revisão do Programa Político**.
- Dar seguimento ao **Desprograma**, por via do projecto "Descomplicómetro" e do projecto "FMK" em desenvolvimento pelo Grupo Parlamentar, de forma a reduzir burocracia.
- Criar o **Banco de Ação Local,** um repositório de propostas autárquicas da Iniciativa Liberal que permita a partilha, o estudo, e a adaptação de propostas dos representantes eleitos em listas liberais para apoiar a ação política de autarcas e núcleos territoriais; e que possa alimentar o próximo Reprograma Autárquico de 2025.
- Lançar as bases para o desenvolvimento de um **projecto para elaboração de uma Constituição da República Portuguesa verdadeiramente liberal**, tendo em consideração que só poderá haver outra revisão constitucional na próxima legislatura

Liberalismo para todos e em todo o lado. Contamos com todos.

OS 9 GRUPOS DE PROPOSTAS PARA O PAÍS

LIBERALISMO PARA TODOS

QUE QUEREM SUBIR NA VIDA

- MENOS IMPOSTOS E BUROCRACIA
- MENOS DIRIGISMO
- MAIS SALÁRIO E TRABALHO

QUE QUEREM O ELEVADOR SOCIAL A FUNCIONAR

- CRECHES
- EDUCAÇÃO
- ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

QUE QUEREM QUALIDADE DE VIDA

- HABITAÇÃO
- TRANSPORTES
- CULTURA E DESPORTO

QUE QUEREM UM ESTADO ENXUTO

- DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL
- CONTAS PÚBLICAS
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA
- INSTITUIÇÕES FORTES E REGULAÇÃO

QUE QUEREM UM TERRITÓRIO VIVO

- AGRICULTURA E FLORESTAS
- MAR E PESCAS
- ÁGUA E RECURSOS NATURAIS

QUE QUEREM UM ESTADO QUE APOIA QUANDO MAIS PRECISAM

- SAÚDE
- SEGURANÇA SOCIAL
- TERCEIRA IDADE

QUE QUEREM UM ESTADO EFICAZ NAS FUNÇÕES DE SOBERANIA

- DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL
- SEGURANÇA E JUSTIÇA
- EUROPA E RELAÇÕES EXTERNAS

QUE QUEREM UM PAÍS LIVRE

- LIBERDADE PARA SER E EXPRESSAR
- PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA
- SISTEMA ELEITORAL

QUE QUEREM UM PAÍS COM FUTURO

- NATALIDADE E MIGRAÇÃO
- TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE
- DIGITALIZAÇÃO E PRIVACIDADE

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

iniciativa liberal

LIBERALISMO PARA TODOS

OS QUE QUEREM SUBIR NA VIDA

Os portugueses não podem ser punidos pelo seu mérito, pelo seu sucesso e pelo seu trabalho. Queremos por isso recuperar uma cultura de sucesso - sucesso esse que os portugueses conhecem fora do país, onde são mais produtivos, reconhecidos e recompensados, optando frequentemente por não voltar. A Iniciativa Liberal defende que sem um país que cresça, o resto ficará inevitavelmente para trás, reduzindo a economia portuguesa a um jogo onde uns ganham sempre à custa dos outros. **Apenas crescendo podemos construir um Portugal para todos**.

Esta mesma aversão ao sucesso, ao crescimento e à prosperidade em Portugal conduziu-nos a uma teia burocrática e fiscal insuportável para as pessoas e as empresas que querem vencer na vida e não conseguem, criando um país que não só não cresce como não ambiciona, porque já nem concebe crescer mais. Não podemos manter um status quo em que nascer em Portugal ainda seja visto como um entrave e não um trampolim para a realização pessoal, profissional e familiar. **Queremos que Portugal seja a primeira opção para todos os que aqui nascem** e para todos os que **querem cá fazer a sua vida**.

› MENOS IMPOSTOS E MENOS BUROCRACIA, MAIS SALÁRIO E TRABALHO

Para isso devemos começar com o problema crónico da governação socialista: os nossos impostos não recompensam o trabalho. Continuaremos a **defender um escalão único de IRS**, um IRC muito mais competitivo, revendo também o emaranhado de taxas inúteis e impostos injustos com os quais ainda lidamos diariamente, continuando o Desprograma, mapeando e exigindo a todas as taxas existentes o mesmo nível de informação e obrigações que se aplica constitucionalmente aos impostos, impedindo o Governo de criar, de forma abusiva, taxas sem uma justificação real da sua incidência bem como a sua fundamentação e outras informações devidas. E **queremos rever a pesada carga fiscal sobre os trabalhadores independentes** que, com os profissionais liberais, são dos grupos mais fiscal e burocraticamente discriminados na sua atividade económica, sendo eles mesmos os primeiros a pagar sempre que o Estado não se consegue gerir: queremos estar na linha da frente da revisão do quadro de tributação do

trabalho por contra própria e das taxas de retenção do IRS. No trabalho, ainda há muito por fazer na aproximação de um modelo laboral europeu, **simplificado o Código do Trabalho**, facilitando a contratação e flexibilização dos termos das condições de trabalho, garantido previsibilidade e mesmo inteligibilidade nas relações laborais.

› MENOS DIRIGISMO

Por outro lado, o peso do Estado na economia é inflacionado por uma cultura política que tende a regular de forma excessiva e iníqua, introduzindo entraves ao normal funcionamento da economia e fomentando uma cultura de desconfiança em relação às pessoas e às empresas. **Numa economia aberta, o ónus deve estar do lado do regulador**: que regule, sim, mas não dirigindo, antes criando regras gerais, abstratas e atendíveis para todos. Para isto, para além da eliminação de entraves inúteis na economia, defenderemos a extensão do princípio **"licenciamento zero"** e da aplicação de mais **cláusulas de caducidade** na legislação em todos os setores económicos, atribuindo ao próprio Estado a responsabilidade de justificar jurídica e politicamente as suas intervenções no dia-a-dia dos cidadãos. Hoje, apenas as grandes empresas têm a capacidade de lidar com a burocracia que o Estado impõe diariamente aos cidadãos: em Portugal, as pequenas empresas estão maioritariamente condenadas a ficar pequenas. Fora de quem pode ou sabe lidar com o Estado, encontramos uma maioria de outsiders que não tem como ou a quem recorrer para se relacionar com ele, pagando-o caro e comprometendo os seus projetos de vida. **O Estado não pode servir só para quem pode**.

OS QUE QUEREM O ELEVADOR SOCIAL A FUNCIONAR

Portugal continua a ser um país demasiado estratificado. Todos somos diferentes, todos temos diferentes percursos de vida, e sempre existirão desigualdades materiais, mas, em Portugal, acentuam-se as desigualdades de oportunidades, seja pela estrutura da administração do Estado e dos serviços públicos, por inércia ideológica ou incapacidade política. Queremos **acabar com o país onde só se sobe quando se conhece alguém ou se é filho de alguém**.

Hoje, quem nasce com menos condições tende a não ser capaz de as melhorar, não dispondo das ferramentas de que precisa para subir na vida. E quanto mais dependentes ficam as pessoas, mais se gera um círculo de estagnação

social que apenas beneficia os políticos que dela precisam para ganhar eleições. Queremos um país onde seja possível ir mais longe e que recompense quem luta pela realização pessoal, independentemente de como a definir, apoiando quem mais precisa. E para isso queremos um modelo com mais liberdade na oferta e na procura, sustentado num sistema que trata por igual os setores público, privado, social e cooperativo.

› CRECHES E EDUCAÇÃO

E esse caminho começa no nascimento. A Iniciativa Liberal defenderá uma **rede nacional e universal de creches**, articulada com os **setores privado e social**, que assegure uma oferta adequada que permita aos pais conciliarem as suas vidas familiares e profissionais, assegurando condições para as crianças terem um melhor processo de socialização e preparação para o seu percurso escolar. E na escola, defendemos não só mais liberdade para os pais poderem escolher a escola dos seus filhos, pública ou privada, retirando o código postal como condição de acesso, como defendemos mais liberdade para as comunidades educativas e para os alunos construírem os seus próprios projetos.

Queremos mais liberdade **alterando a elaboração dos calendários escolares, revendo a interrupção escolar do Verão**, que é excessivamente longa, prejudicando pais e alunos na organização dos horários, como queremos muito mais liberdade na escolha das disciplinas no secundário por parte dos alunos, **aumentando também a oferta de conteúdos ao nível da literacia financeira**, que constitui um dos grandes atrasos da educação portuguesa - um atraso que os próprios portugueses e o país paga caro, quando apresenta um dos piores índices de literacia financeira da Europa, comparável ao da China. E queremos **escolas verdadeiramente autónomas**, que possam gerir e reter os recursos que conseguiram poupar ao longo do ano letivo, reinvestindo-os nos seus projetos.

E para termos alunos com mais esperança **precisamos de professores empenhados e motivados** nas suas carreiras. O maior fracasso dos sindicatos dos professores está à vista: à medida que o tempo passa, os sindicatos somam cada vez mais lutas, mas nenhuma vitória retiram delas. Os sindicatos que se têm tentado apropriar da classe dos professores não serviram ninguém que não os próprios sindicalistas, e é por isso queremos conceber um modelo de valorização da profissão, recompensando os bons professores, que mais fazem pelos seus alunos, **avaliando-os de forma**

justa, externa, e equitativa, criando condições para que se possam atrair mais e melhores quadros para a profissão. E queremos um novo modelo de contratação, avaliando a possibilidade de segmentar o concurso, atribuindo gradualmente mais influência às escolas no processo.

› ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

Saindo da escola secundária, os alunos deparam-se com um modelo de financiamento de acesso ao ensino superior que pouco ajuda quem precisa e ajuda excessivamente quem não precisa: a Iniciativa Liberal trabalhará na revisão deste modelo, assegurando melhor equidade nos apoios ao acesso e mais recursos para as instituições de Ensino Superior. E aqueles **estudantes que preferirem trabalhar enquanto estudam não podem perder acesso à bolsa,** devendo beneficiar também de um estatuto fiscal especial que lhes permita retirar ainda mais das horas semanais que podem dedicar ao trabalho. E como sabemos, as despesas dos estudantes do Ensino Superior vão muito para além da propina: queremos trabalhar em propostas de expansão das residências universitárias que façam sentido, aproveitando o património público que possa desempenhar essa função.

E finalmente, precisamos de um modelo de financiamento da ciência que tenha a agilidade e a capacidade de financiar toda a investigação de base, que continuará sempre a ser fundamental, articulando, no entanto, com o setor empresarial todos os projetos de investigação que assim façam sentido. E queremos avaliar todas as barreiras existentes à investigação, seja na farmacêutica, na genética e na biotecnologia, como é o caso dos organismos geneticamente modificados ou editados.

OS QUE QUEREM QUALIDADE DE VIDA

Podemos fazer mais por desbloquear um país com qualidade para os portugueses: podemos desbloquear um mercado habitacional artificialmente inflacionado, desbloquear um mercado de transportes que não tem as infraestruturas e a liberdade económica de que precisa, desbloquear um setor cultural ainda demasiado dependente do estado, e desbloquear um setor desportivo sobreregulado pelo Estado.

HABITAÇÃO

Precisamos de uma política de habitação que abra espaço para cidades mais densas, permitindo mais construção em altura, mais flexibilidade nos modos e usos da construção e que não imponha modelos estanque de construção que apenas limitam a margem de manobra dos construtores e do crescimento dos centros urbanos. A Iniciativa Liberal tem sido clara: **o problema da habitação em Portugal resolve-se construindo mais e eliminando as barreiras existentes no mercado de arrendamento, o que acaba por prejudicar proprietários e arrendatários**. Quanto mais oferta existir no mercado habitacional, mais os preços sofrerão uma pressão descendente. Construindo mais, aproveitando melhor a verticalidade das cidades, poderemos ter mais espaços verdes, contar com transportes públicos mais rentáveis. Não é por via de subsídios ou de mega-projetos de habitação pública que se resolve um problema estrutural: o mercado imobiliário português é excessivamente inflexível, e é resolvendo nas condições de base deste mesmo mercado que se pode começar a mudar de vida na habitação. As políticas públicas de habitação devem contemplar todos os agentes do mercado: o setor privado, social e cooperativo.

É por isso que **queremos revogar o RGEU e o RJUE e construir um novo regulamento que se limite a assegurar o indispensável**: condições básicas de segurança, saneamento e habitabilidade. Defenderemos também o licenciamento único para a construção de imóveis e a redução do IRS do arrendamento. E, finalmente, proporemos a criação de um portal único listando todo o seu património público, e não só: é preciso um portal online que contenha toda a informação dos PDMs do país, facilitando o acesso dos munícipes e empresas estes documentos, muitas vezes obscuros, quando não obsoletos. Atualmente o Estado transfere a função social da habitação para os privados, quando é da sua responsabilidade proteger os mais desfavorecidos. Situação que tem contornos perversos, quando o Estado e as Autarquias têm tanto património devoluto.

TRANSPORTES

Portugal precisa de uma rede de transportes que ligue o país entre si e os centros urbanos às periferias: quanto mais mobilidade houver, mais opções terão os portugueses de escolher como e onde viver. Iremos **rever o modelo de contratualização dos serviços de transporte rodoviário**, introduzindo mais concorrência por via de uma maior segmentação dos concursos nas várias regiões, considerando também a privatização dos STCP, revertida pelo Governo do PS. Na Área Metropolitana de Lisboa, queremos aprofundar

a liberalização dos transportes fluviais, acabando com a exclusividade da Transtejo\Soflusa na prestação do serviço público de transportes. E consideramos que o amplo financiamento do Fundo Ambiental à política de transportes se deve focar no essencial: na **expansão da rede de transportes** nas suas várias vertentes, fomentando a frequência e a intermodalidade, e não na criação de gratuidades propagandísticas com retornos cada vez menores para os utentes.

Na ferrovia, é fundamental a implementação de um plano de expansão da rede ligando as capitais de distrito, assegurando mais concorrência entre operadores, **abrindo espaço para mais modelos de concessão**, como é o caso da Fertagus - e queremos repensar o atual de modelo de gestão da CP, que falha sistematicamente aos seus utentes. Defenderemos ainda a criação de um **estatuto único para o transporte privado de passageiros**, acabando com a distinção enviesada entre serviços táxi e TVDE e assegurando uma justa concorrência entre operadores, facilitando o acesso à profissão.

› CULTURA

Centros urbanos mais acessíveis farão mais pela procura cultural no país, pedindo agora soluções do lado da oferta: e aí, a Iniciativa Liberal defenderá o **aprofundamento do modelo de mecenato**, do **aumento das parcerias e concessões do Estado no setor cultural**, descentralizando competências sempre que possível, para não falar da alienação de património que pode ser melhor valorizado pela própria sociedade civil. A defesa de um modelo de cultura aberta exigirá um trabalho continuado de consolidação de conhecimento e ligação da Iniciativa Liberal ao setor cultural, que é fundamental na garantia de qualidade de vida para os portugueses.

› DESPORTO

Promoveremos uma revisão das leis relativas aos adeptos, às federações, às associações e às sociedades desportivas, combatendo uma cultura de paternalismo e regulação excessivas que só têm contribuído para o aumento da conflitualidade do meio desportivo. E continuaremos a lutar pela proteção da liberdade de expressão no contexto desportivo, rejeitando limitações desnecessárias à liberdade dos adeptos.

Defenderemos incentivos fiscais à prática desportiva, considerando a maioria de portugueses que ainda não desenvolveram hábitos ou não têm acesso ao desporto por motivos financeiros. E vemos na descentralização das competências das escolas a oportunidade de ter horários e calendários escolares adequados às realidades locais, articulados entre escolas, autarquias e associações desportivas.

OS QUE QUEREM UM ESTADO ENXUTO

Nenhum projeto de reforma do poder público em Portugal pode deixar de passar por uma profunda reforma da sua estrutura: passando pela descentralização, pela despesa pública, pela administração pública e pela eficácia dos reguladores. A Iniciativa Liberal não vem acabar com o Estado mas considera que só podemos recuperar a sua autoridade, bem como a confiança dos cidadãos, concentrando-a onde ela é necessária e reforçando a sua missão reguladora, delegando e cooperando com a sociedade civil naquilo que melhor funciona em parceria.

› CONTAS PÚBLICAS

O Estado deve começar por sair de onde não precisa de estar: o setor público empresarial, apesar de sucessivas vagas de liberalização e privatização de setores, permanece sobredimensionado relativamente às possibilidades do país. É por isso que sempre defendemos a privatização da TAP, propondo agora um **"cheque TAP"**: se o Governo consegue gastar 3 200 milhões de euros em injeções na TAP, então conseguirá, com certeza, **distribuir pelos portugueses o valor que receber pela sua privatização** em curso. Continuaremos a defender a privatização da CGD e da RTP, pretendendo continuar o trabalho de identificação de empresas públicas desnecessárias ou redundantes através do projeto Descomplicar.

E é inevitável que o Estado português comece a ter contas certas para não comprometer o futuro. O dinheiro do contribuinte não pode ser atirado para cima dos problemas e das conveniências políticas, agravando excessos de despesa, défices, dívida, e sacrificando a prosperidade, bem-estar, liberdade e soberania das gerações futuras. Para isso, propomos a criação de **um plano que assegure, num prazo razoável e num contexto de crescimento económico, que a despesa pública alcance a meta de 35% do PIB português**, ao contrário dos atuais 48%.

É possível alcançar este objetivo em dez anos, com um crescimento anual de 3%, mesmo mantendo a despesa pública ao nível atual. Por outro lado, o Estado pode ainda reduzir significativamente a sua despesa através de várias medidas concretas: como o regresso das Parcerias Público-Privadas na área da saúde, que comprovadamente pouparam dinheiro ao Estado; com uma administração da função pública eficiente com um novo sistema de gestão que não redunde na mera contratação em massa de dezenas de milhares de novos funcionários, sem qualquer melhoria dos serviços prestados aos cidadãos; com a utilização racional do dinheiro dos portugueses ao invés de desbaratar milhares de milhões em TAPs, bancos e outras empresas públicas.

› DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

A excessiva centralização e concentração de poder político, viciado nos seus próprios instrumentos e incapaz de conceber outros, prejudicou especialmente quem vive no interior do país, sabotando as condições para o desenvolvimento social e económico dessas comunidades. Infelizmente, continuamos a constatar que o debate em torno da descentralização, quando não regionalização, continua vago e proclamatório, o que exige um especial dever de estudo e escrutínio por parte da IL. O **Projeto Descentralizar**, montado para desenvolver esta matéria a partir de uma parceria da Comissão Executiva com o Gabinete de Estudos, foi interrompido pelo processo da Convenção Electiva, mas será retomado após a Convenção. Prevê-se a elaboração de um dossier técnico, recolha de contributos de membros, tour de debates, e recomendações para a Iniciativa Liberal , onde pretenderemos **avaliar o papel das comunidades intermunicipais**, que não implicam novas camadas administrativas, bem como a capacidade legislativa e fiscal das próprias autarquias, dando contributos para o posicionamento da Iniciativa Liberal sobre a regionalização.

Nas duas Regiões Autónomas, sabemos que o Estado Central falha em áreas que são da exclusiva responsabilidade da República, tais como a justiça e segurança interna. A autonomia das regiões insulares é, desde a sua origem, um projecto inacabado e eternamente adiado. É importante criar os mecanismos para que a autonomia deixe de ser apenas um nome, passando a ser a forma como se governam os arquipélagos. É preciso **promover a revisão dos estatutos da autonomia política das regiões da Madeira e Açores**, revendo a lei das finanças regionais, de modo a alcançar um modelo mais justo e transparente, que garanta uma distribuição equitativa de recursos com base nas reais necessidades dos açorianos e dos madeirenses.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA

Queremos continuar a desenvolver o Desprograma de forma a avaliar os quadros legais existentes e criar os instrumentos necessários de forma a garantir uma efectiva reforma da Administração Pública, exigindo uma gestão correcta e racional dos activos do Estado e transferindo as suas funções sempre que necessário para a Administração Local.

E pretendemos lançar um estudo alargado, destinado a trazer a Administração Pública de Portugal para o século XXI, numa óptica do cidadão - o que passará pela digitalização dos serviços, acompanhamento de processos e pela transparência radical. Concretamente, pugnaremos **por um novo Sistema de Informação da Organização do Estado**: como identificado pela Inspeção-Geral de Finanças, o Estado Português atualmente não sabe quantos funcionários tem, quanto ganham ou quantas horas trabalham. Tal como não sabe quantos imóveis detém, o Estado também não sabe quantos funcionários tem. Uma situação inadmissível que urge alterar.

E queremos promover uma função pública mais focada em serviço público e mais reconhecida como tal, o que passará por uma reformulação de contratações e colocações, avaliações e carreiras, uma despolitização radical, e a garantia de melhores salários a par da redução da imensa carga de mão-de-obra na administração pública. E valorizar é também criar uma verdadeira carreira: **queremos que os funcionários públicos possam ir mais longe sem dependerem da boa vontade de partidos ou governos**, querendo também estudar a possibilidade de introduzir mais autonomia na gestão dos vários órgãos, abrindo mais possibilidades de transitar os saldos orçamentais de ano para ano, incentivando uma gestão racional dos recursos. E pretendemos maior mobilidade dentro da função pública, quer seja a pedido dos próprios funcionários públicos, caso seja vantajoso para o serviço, quer seja por necessidade do melhor funcionamento do próprio serviço.

REGULAÇÃO

E finalmente, precisamos de uma regulação independente, necessária e suficiente para garantir as condições de possibilidade de um mercado aberto e concorrencial. O Partido Socialista - tantas vezes com a conivência do Partido Social Democrata - tem feito ataques cerrados à independência das instituições reguladoras, confundindo-se com as instituições do Estado e politizando os reguladores. Nós consideramos que a independência dos reguladores deve começar pelo topo: **defendemos o lançamento de concursos públicos internacionais na contratação de reguladores,**

começando pelo Banco de Portugal. E pretendemos estudar o atual emaranhado de entidades reguladoras em Portugal, muitas vezes sem capital humano ou financeiro para prosseguir as suas atividades, procurando um justo equilíbrio entre a existência de instituições fortes e setorialmente abrangentes com a necessidade de freios e contrapesos na regulação da atividade económica.

› TRANSPARÊNCIA

Iremos realizar um contínuo escrutínio e propostas de melhoria ao Portal Mais Transparência dos fundos europeus, o qual existe devido a uma iniciativa legislativa da IL. Queremos também apresentar, a breve trecho, **o projeto da Iniciativa Liberal de regulação da atividade de lobbying em Portugal**, correspondendo àquelas que são as melhores práticas internacionais de transparência nesta área e reconhecendo e conferindo publicidade a uma prática que já existe no país. E fá-lo-emos sem recorrer a subterfúgios ou ou facilitismo que permitam que a fraca transparência do contacto entre o Governo, empresas e associações sobreviva à sua própria regulamentação.

OS QUE QUEREM UM TERRITÓRIO VIVO

Portugal é um país de vários interiores - dos interiores sócio-económicos dos subúrbios e mundos rurais, politicamente longínquos dos meios urbanos, e dos interiores geográficos, fisicamente longínquos das grandes metrópoles. São gritantes as desigualdades de tratamento a que o país submete os seus cidadãos, somente pela sua localização. Sobretudo o interior é assolado por falta de infraestruturas, serviços públicos, falta de dinamismo económico e social, representatividade política. Este território sofre de envelhecimento e de desertificação, à medida que gerações mais novas migram internamente para centros com maior desenvolvimento.

Um território vivo é, antes de mais, um território economicamente ativo, gerador de oportunidades, ligado aos centros urbanos e com competitividade internacional. É importante garantir as condições de atratividade destes territórios, tanto por planeamento público em infraestruturas e na boa gestão da água e recursos naturais, deixando que o investimento privado possa tomar conta da agricultura, das florestas, das actividades do mar e pescas, a par de telecomunicações e energia. E este é sem dúvida um dos maiores desafios que enfrentamos no país.

AGRICULTURA E FLORESTAS

Para o enfrentar, precisamos de **criar condições de competitividade para a nossa agricultura,** que encontra frequentemente entraves ao acesso às tecnologias e metodologias de que necessita para vencer: desde o acesso aos fitofarmacêuticos ao acesso a novos tipos de sementes com edição genética ou à atualização da rede nacional de regadio, há imensas oportunidades de potenciação e modernização da agricultura em que temos de trabalhar enquanto partido.

Paralelamente, a floresta constitui uma outra oportunidade de conferir viabilidade, segurança e prosperidade ao interior português: **permanecemos com uma floresta que não é economicamente valorizada**, não sendo também enquadrada enquanto um valioso sorvedouro de carbono que presta um serviço aos portugueses; e continuamos com uma imensa falta de flexibilidade no aproveitamento do terreno florestal, seja por via do arrendamento ou da permuta. Para isso promoveremos a revisão do Código Florestal prevista no Programa Eleitoral. Continuaremos o trabalho de, por um lado, promover o desbloqueamento legal e, por outro, de propostas de infraestrutura que façam sentido no desenvolvimento destes setores.

MAR E PESCAS

Por mais que se fale no extenso mar português, ainda no processo de crescer por via da Plataforma Continental, pouco se debatem ainda as oportunidades que este representa. A mineração em mar profundo constitui um debate por vezes difícil, quando não divisivo, nos escassos círculos que já o discutem na sociedade portuguesa. Queremos aprofundá-lo, encarando os perigos que constitui para o mar português e a sua biodiversidade - impactando não só a fauna e a flora oceânicas, como potencialmente as próprias pescas - e atendendo aos minérios fundamentais presentes no fundo do mar, como o cobalto e o níquel, à transição energética, que podem constituir uma alavanca estratégica para o país.

Defenderemos um setor pesqueiro sustentável, protegido de regulações excessivas e com os incentivos certos para a modernização e para a transição para práticas mais sustentáveis: há cada vez mais soluções de mercado que as podem assegurar. E queremos assegurar distinções legais funcionais e praticáveis entre tipologias de áreas protegidas, evitando ambiguidades sobre as atividades económicas que são ou não permitidas.

› ÁGUA E RECURSOS NATURAIS

Não podemos ignorar o crescente problema de escassez hídrica em Portugal, que tenderá a agravar-se com o aumento da intensidade e da frequência das secas em Portugal. Se não podemos, por um lado, depender de uma agricultura de sequeiro, dependente das chuvas, ainda frequente em Portugal, não podemos, por outro, contar com o atual contexto hídrico para potenciar simultaneamente setores económicos como o turismo e a agricultura ao mesmo tempo que asseguramos o abastecimento doméstico.

A insustentabilidade gritante desta situação exigirá também o aumento da capacidade de armazenamento, a eficiência na rede de distribuição, o desenvolvimento do regadio e a **criação de infraestruturas que permitam o transvase dos rios**, criando uma rede de **"autoestradas da água" no país**, com agilidade para responder a problemas de seca. Queremos um país que seja abundante em água, contra a esquerda miserabilista que se limita a estimular o conflito entre atividades económicas.

Precisamos de promover uma expansão da oferta de água em Portugal por via da dessalinização, que pode ser e já é promovida com investimento privado noutros países. Espanha, que sofre de um problema de escassez hídrica ainda mais grave, tem mais de 700 instalações de dessalinização em operação em todo o território, enquanto Portugal continua a contar com os caudais de rios com a sua nascente em Espanha.

Possuímos, por outro lado, os maiores depósitos de lítio da Europa, o que representa um ativo estratégico incalculável para o país. **Portugal tem efetivamente condições para ser uma alavanca fundamental da autonomia energética europeia**, explorando o minério mais essencial à criação das baterias de que o continente precisa para os carros, para as habitações e para inúmeras outras aplicações que viabilizam o emprego de um dos maiores potenciais do território português: a energia renovável. E nós defenderemos a exploração destes depósitos, por mais que seja fácil, em Portugal, criar barreiras ao desenvolvimento, mesmo quando fundamental para a transição energética.

OS QUE QUEREM UM ESTADO QUE APOIA QUANDO PRECISAM

Em Portugal, o sistema de saúde está em colapso, subfinanciado, com serviços a fechar, profissionais a demitirem-se. São longas as esperas por uma consulta ou um tratamento por todo o país, e sobretudo no interior. Por preconceito

ideológico, foram terminadas parcerias público-privadas que serviam melhor os doentes e o contribuinte. Quem tem posses pode recorrer a seguros ou consultas privadas; quem não pode fica dependente da saúde pública. Por outro lado, o sistema de segurança social é insustentável, de ano para ano, os reformados recebem menos, são menores as proteções em caso de infortúnio, aprofunda-se o fosso entre gerações, e as possibilidades de resolução sem perturbações sociais graves. A terceira idade, em Portugal, permanece escondida e solitária, onde vemos famílias desesperadas por encontrar soluções que conferem conforto e qualidade de vida aos seus membros mais idosos - e criando uma sociedade preparada para um previsível aumento considerável da esperança média de vida com os avanços na medicina que se avizinham.

› SAÚDE

Continuaremos a trabalhar em propostas no sentido da promoção de um Sistema Nacional de Saúde que integre prestadores públicos, privados, sociais e cooperativos como partes integrantes de uma mesma rede de proteção na saúde. Os grandes objetivos são assegurar liberdade de escolha aos utentes e garantir um verdadeiro acesso universal a cuidados de saúde atempados e de qualidade.

Em cumprimento com o Programa Eleitoral, o primeiro passo será a **apresentação de uma Nova Lei de Bases de Saúde** que permitirá enquadrar o novo modelo de saúde que a Iniciativa Liberal defende.

Para que este sistema funcione, continuaremos a defender a **criação de um Registo de Saúde Eletrónico Universal** que garanta a **partilha do historial clínico** dos utentes entre todos os prestadores de cuidados de saúde, obviamente, mediante autorização e controlo dos mesmos.

Como prioridade, também, **precisamos de abordar com seriedade o drama que constitui a Saúde Mental em Portugal**, reformando o apoio a quem precisa de cuidados, não só no plano clínico, como, também, no plano comunitário.

› SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social em Portugal constitui o maior desafio do Estado português, seja do ponto de vista do erário público, seja do ponto de vista do futuro das gerações que hoje entram no mercado de trabalho. Precisamos de um novo modelo que seja mais eficaz na **promoção da solidariedade**

intergeracional, em ambos os sentidos: **para que quem já não trabalha tenha uma reforma digna, e para aqueles que hoje trabalham possam também eles aspirar a uma reforma condizente com o seu esforço** e o seu percurso. E para isso, teremos de promover a sustentabilidade do sistema no médio e longo-prazo, sem quebrar compromissos com os atuais pensionistas.

O caminho passa, em primeiro lugar, pela introdução de um **terceiro pilar de capitalização da Segurança Social**. Aqueles que escolhessem aderir a este pilar, a partir de um certo nível de rendimentos, poderiam descontar para uma conta-poupança própria, investindo-a segundo opções promovidas pela própria Segurança Social. Assim, não só poderíamos estimular uma cultura de maior responsabilidade, transparência e capacidade de gestão da vida das pessoas, como poderíamos fomentar uma maior capacidade de capitalização das poupanças dos cidadãos e da segurança social como um todo.

› TERCEIRA IDADE

O aumento da esperança média de vida é especialmente pronunciado nas democracias liberais devido ao seu rápido desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Este progresso traz novos desafios a todas as gerações que se querem preparar para um futuro com cada vez melhor qualidade de vida. Acompanhando esta tendência dos seus pares europeus, Portugal está, no entanto, a sofrer um dos maiores reveses demográficos do mundo. Precisa de soluções de curto e médio-longo prazo para preparar a população atualmente mais envelhecida bem como as gerações vindouras para a terceira idade.

Um dos desafios mais imediatos para Portugal é a tendência global de inversão da pirâmide demográfica, agravada pelos elevados níveis de emigração da população ativa do país, assim comprometendo a sustentabilidade dos apoios necessários à população mais envelhecida. A Iniciativa Liberal **deve desenvolver medidas no sentido de permitir a resposta do mercado e garantir uma rede de segurança sustentável e devidamente capitalizada para todos os cidadãos de terceira idade** bem como às famílias que os acompanham nesta fase da vida. Queremos preparar Portugal para ser uma sociedade onde a economia e os apoios sociais estão ao serviço de vidas cada vez mais longas após a reforma, para que se viva a terceira idade com conforto, independência e realização pessoal.

OS QUE QUEREM UM ESTADO EFICAZ NAS FUNÇÕES DE SOBERANIA

O Estado que defendemos também não se demite das suas funções fundamentais, onde não pode mesmo falhar: na proteção da vida e da propriedade, na conservação da sua soberania e no exercício da lei e na persecução da sua política externa. Infelizmente, o Estado português permanece num clima de resignação e facilitismo nas suas funções nucleares, onde as decisões fundamentais ou são proteladas ou relegadas a terceiros.

› DEFESA

As Forças Armadas portuguesas vivem hoje uma situação delicada, tendo já chegado ao limite da possibilidade dos seus recursos financeiros, limitando a sua capacidade de atração de quadros e de, sobretudo, participação e contribuição para a NATO, na qual Portugal se deve empenhar não só por vocação histórica e atlântica, mas por interesse próprio na manutenção de um mundo seguro para si. **Portugal precisará de reverter a rota de diminuição da capacidade e autoridade das Forças Armadas**, promovendo a sua profissionalização e a valorização das carreiras ao nível da formação técnica e especializada que podem providenciar, muito em particular para os contratados. Por isso pretendemos que seja estabelecido **um calendário, realista e gradual, para o cumprimento do objetivo de investimento de 2% do PIB no setor da Defesa**, com ênfase particular na defesa da costa e do mar português, garantindo previsibilidade e melhor capacidade de planeamento no setor.

Para além disso, Portugal beneficia ainda de **uma indústria de defesa que pode chegar mais longe** e configurar-se como mais um vetor de competitividade nacional, no próprio contexto da potenciação do mercado de defesa europeia, que poderá constituir uma grande fonte de valor acrescentado na estratégia da NATO. Para isso precisamos de um **idD que seja proativo na promoção da nossa indústria de defesa junto de outros Estados** que partilhem os nossos valores abrindo mercados para a nossa indústria. E precisamos de **reconsiderar os estaleiros do Alfeite à luz do caso de sucesso que foi a privatização dos estaleiros de Viana do Castelo**, que hoje não só empregam muitos mais trabalhadores, como são competitivos a nível internacional.

Todas estas reflexões deverão constar também no novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que a Iniciativa Liberal acompanhará de perto e para o qual irá propor os seus contributos políticos, alinhando o posicionamento português com o real contexto de segurança e defesa em que se insere, que

é cada vez mais distante daquilo que sucessivos Governos têm imaginado para Portugal.

RELAÇÕES EXTERNAS

Apesar de vivermos numa era de opções, a política externa portuguesa continua como se nada se tivesse alterado em 2022 e como se a diplomacia de sempre chegasse para a conservação das prioridades do país. O compromisso português, subscrito pela IL, com a construção da União Europeia e com a NATO, permanecem e devem continuar a ser dois dos pilares fundamentais da política externa portuguesa.

Este mesmo compromisso começa, contudo, a revelar as suas fraquezas quando se volta para a Ásia. **A República Popular na China, o mais influente regime totalitário da arena internacional, continua a reter o seu ascendente sobre a política externa portuguesa** sem que sobre isso nada se faça. Foi por isso que defendemos o fim dos acordos de extradição com China e Hong Kong, como denunciámos a existência de esquadras informais do regime Chinês em Portugal. A Iniciativa Liberal continuará atenta à influência política e económica da China em Portugal, como continuará a pugnar pela defesa dos direitos humanos, inalienáveis e universais, por todo o globo.

E sendo certo que não cabe a Portugal resolver todos os problemas do mundo, é também certo que não faltam ao Estado português instrumentos diplomáticos, quando não outros, para sinalizar e reiterar o seu apoio pela democracia e pelos direitos humanos - desde Angola ao Irão. E **continuaremos vigilantes relativamente ao empenho português na derrota do regime russo na guerra da Ucrânia**, que constitui o maior problema de segurança europeia em várias décadas.

E continuaremos a acompanhar as condições das extensas comunidades portuguesas e lusodescentes no estrangeiro, garantindo-lhes as condições que permitam continuarem ligadas ao seu país. Para isso, precisamos de assegurar o acesso ao ensino do português e a serviços consulares com os meios, os recursos e a agilidade necessárias para lidar com uma comunidade cada vez maior.

EUROPA

A Iniciativa Liberal é um partido europeísta, que vê a União Europeia como um espaço de liberdade económica, política e social, e como um espaço de amplificação da projeção de Portugal, criando as melhores condições para o desenvolvimento do país. Com o domínio socialista das últimas décadas e sem a União Europeia, Portugal poderia muito bem ser a Venezuela da Europa.

No entanto, **seguindo o princípio da descentralização, a União Europeia não deve assumir poderes nem duplicar funções correntes desempenhadas pelos Estados** e deve devolver esses poderes sempre que for possível. Defendemos que a União Europeia aprofunde o mercado único em diversas áreas e promova afincadamente a liberalização dos mercados nos Estados-Membros. **A União Europeia deve ser baseada em iniciativa privada, transparência e mercados livres, não em subsídios, burocracia e protecionismo**.

A União Europeia deve proteger ao máximo a liberdade de expressão dos europeus, lutando contra qualquer forma de censura. **A União Europeia deve ser a guardiã do Estado de Direito**, da igualdade perante a lei e dos direitos humanos, lutando contra qualquer forma de discriminação, opressão ou invasão. A distribuição de fundos europeus deve estar condicionada pelo seu respeito pelo princípio do Estado de Direito. A União Europeia deve rever a forma de eleição e atuação de alguns dos seus órgãos.

O próximo mandato da Comissão Executiva é uma excelente oportunidade de aprofundamento das propostas europeias da Iniciativa Liberal, no contexto das eleições europeias que se avizinham. Continuaremos por isso o nosso trabalho de estrita defesa e fiscalização do cumprimento do princípio da subsidiariedade, como continuaremos alerta em relação aos impulsos estatistas da atual Comissão Europeia e de vários Estados membros, que se têm traduzido numa doutrina comercial cada vez mais protecionista, acompanhada por uma política industrial que não serve os interesses da União e de Portugal em particular. Uma das grandes forças da UE reside na sua abertura comercial e económica, externa e interna: revertê-la seria um grave passo em falso.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Aprofundaremos a nossa defesa do policiamento de proximidade e de uma segurança eficaz, conservando recursos à PSP que poderão ser melhor empregues no aumento da sua capacidade logística e operativa

efetiva, retirando pessoal administrativo redundante das esquadras e aproximando-os das ruas e dos cidadãos. A área onde permanecemos mais atrasados é, no entanto, a do cibercrime. **Uma boa parte da criminalidade em Portugal prende-se com casos de cibercrime** e, no entanto, continuamos sem a capacidade, seja em recursos humanos ou financeiros, de proteger, investigar e punir o crime eletrónico. Para isso queremos trabalhar em medidas no sentido da promoção da nossa capacidade de combate ao cibercrime. E, finalmente, queremos **rever toda a estrutura da Proteção Civil**, que permanece descoordenada em relação a outras entidades, politizada e altamente permeável a pressões políticas, inviabilizando a sua missão e capacidade de ação.

› JUSTIÇA

A justiça, sendo uma das áreas mais fulcrais no desbloqueamento da vida das pessoas e das empresas, continua atrasada, irreformada e altamente estagnada do ponto de vista das soluções. Também no âmbito da reforma da Administração Pública que pretendemos estudar, iremos debruçar-nos sobre a necessidade de **reforma do funcionamento dos tribunais**, atribuindo mais funções a funcionários judiciais que obtenham preparação específica, revendo a carreira de oficial de justiça e abrindo-lhe mais possibilidade de contribuição na sua gestão. Os nossos tribunais precisam de equipas mais robustas que confiram aos sistemas uma maior capacidade de fechar mais processos em menos tempo, bem como precisamos de dotar os tribunais dos meios mínimos de executar as suas funções: não se compreende como ainda há tribunais com falta de papel ou dificuldades de acesso à rede. Ao mesmo tempo, no próprio setor dos serviços jurídicos, queremos avaliar a possibilidade de **desburocratizar a introdução de serviços de legal tech** na economia portuguesa, que representam um excelente potencial a ser explorado no setor.

› COMBATE À CORRUPÇÃO

Portugal continua a demonstrar maus resultados nos índices de perceção da corrupção. Temos, por um lado, uma cultura de irresponsabilidade política que se refugia no extenso e complexo emaranhado de legislação anti-corrupção em Portugal, que só tem aberto espaço para subterfúgios e escapatórias, confundindo aquelas que deveriam ser simples regras de conduta com estipulações legais: precisamos de regras gerais, abstratas e inteligíveis.

Por outro lado, continuamos com demasiado ângulos mortos em situações como a das autarquias que, para além de precisarem de uma profunda reforma no seu sistema político, precisam de apresentar uma governação mais transparente que sirva os munícipes. Este será o ponto de partida no combate à perceção generalizada sobre os vícios de poder nas autarquias, que cria um sentimento de impunidade intolerável que também constitui um obstáculo à descentralização de competências.

OS QUE QUEREM UM PAÍS LIVRE

A defesa das liberdades políticas, cívicas e sociais permanece na fundação política da Iniciativa Liberal, e errado seria pensar que estas são um assunto encerrado ou garantido em Portugal. As liberdades em Portugal estão ameaçadas por vários lados. Demasiados anos de governos socialista, e num bloco central em conluio para manter o seu poder, resultaram num assalto às instituições, enfraquecendo a sociedade cívica e política.

Por outro lado, há liberdades sociais ainda por realizar, tais como a **legalização da produção, venda e uso de canábis**, cujo debate se aproxima e para o qual queremos contribuir com a nossa proposta após a Convenção. E não deixaremos de lado a **regulamentação do trabalho sexual**, pretendendo desenhar um modelo de regulamentação que faça sentido e esteja focado na proteção dos trabalhadores sexuais.

Continuaremos a bater-nos pela **reforma do sistema político e de uma Constituição adequada ao Estado de que precisamos** para garantir liberdade e prosperidade para todos os portugueses. Para isso, também precisamos de ser a voz da oposição no combate aos confinamentos administrativos que PS e PSD se preparam para permitir na revisão constitucional que prepararam à pressa.

A Iniciativa Liberal lutará contra qualquer forma de limitação à liberdade de expressão, conforme a ameaça apresentada pela Carta dos Direitos Digitais, que depressa contestámos; e reiteramos o nosso compromisso com um módico de civilidade, respeito pela pluralidade e pelas opiniões daqueles que discordam de nós no debate público. **Não embarcamos na cultura de perseguição** que percorre frequentemente o nosso espaço público, seja à esquerda ou à direita.

Mas para que o debate público seja funcional, o Estado e as suas instituições têm também de dar um bom exemplo de pluralismo. **Queremos avançar com a proposta de reforma eleitoral da Iniciativa Liberal**, focando-nos sobretudo na criação de um ciclo nacional de compensação que evite os mais de seiscentos

mil votos desperdiçados em todas as eleições legislativas, gerando um sistema que incentiva os eleitores a voltarem sempre nos mesmos, especialmente fora dos distritos com maiores populações.

Em todos os casos, queremos que a Iniciativa Liberal seja reconhecida como uma referência política nestas causas, e o melhor defensor das abordagens mais respeitadoras dos direitos e liberdade das pessoas, de **instituições protegidas de populismos e ingerências, de uma sociedade livre e aberta, de coexistências e de tolerância, sem coletivismos identitários** ou sem nos apropriar da identidade de seja quem for. Queremos um país mais livre, para todos os projectos pessoais, políticos, económicos e sociais. Queremos um país que rejeite as capturas do poder e o controlo da vida dos cidadãos.

OS QUE QUEREM UM PAÍS COM FUTURO

O horizonte do projeto liberal que pretendemos lançar deve sempre fixar-se no futuro que podemos construir e no país a que podemos aspirar. Para isso precisamos também de abordar os vários desafios emergentes que, não sendo novos, ainda não revelaram os seus efeitos na sua totalidade. É por isso que queremos responder ao **problema da natalidade e das migrações**, que se prendem com o grave desafio de esgotamento do capital humano de que precisamos para prosperar; consideramos a transição energética e a sustentabilidade enquanto áreas de políticas públicas que serão determinantes na nossa relação com o ambiente, que hoje nos apresenta o **desafio das alterações climáticas**; e, finalmente, todo o processo de **digitalização da economia e os problemas de proteção da privacidade**.

Portugal vive uma das maiores crises demográficas da Europa. Se somarmos a fraca taxa de fertilidade portuguesa à imigração, depressa podemos concluir que vivemos num processo de decrescimento populacional cada vez mais acelerado, cujas consequências para o país serão apenas negativas: **não se trata só de ficarmos com um país mais pequeno, com menos massa crítica e uma segurança social menos sustentável, mas trata-se também e sobretudo dos sonhos não realizados de muitos jovens neste país**, que admitem sistematicamente ter menos filhos do que desejariam. Para isso não só precisamos de mais creches, conforme explicitámos no segundo eixo, mas de uma estratégia virada para o apoio à natalidade, com **uma fiscalidade mais amiga das famílias e dos jovens** que emigram sistematicamente e estabelecem, de forma permanente, as suas vidas fora de Portugal. Queremos aprofundar medidas que criem as condições estruturais necessárias à realização dos sonhos de muitas famílias portuguesas.

Nós reconhecemos que vivemos numa crise climática. E acima disso, defendemos que não só é possível uma visão liberal sobre as alterações climáticas e a transição energética, como defendemos que **a solução é, efetivamente, liberal: crescimento verde**. Passa pelo arrojo, engenho e liberdade humanas, pelo crescimento económico e pelas ferramentas da civilização industrial próspera em que vivemos. As economias mais avançadas já se encontram em processo de **desacoplamento entre crescimento económico e crescimento das emissões de CO2**: nós defendemos que é possível chegar ao desacoplamento absoluto no futuro por via do desenvolvimento tecnológico, possibilitando assim um crescimento completamente verde. Mas, para lá chegarmos, **continuaremos a precisar de crescer economicamente mais, muito mais do que hoje, para dispormos do capital necessário à descarbonização da economia**.

A Iniciativa Liberal já tem vindo a trabalhar em medidas no sentido do aumento da circularidade da nossa economia, como é o caso da implementação do Sistema de Depósito em Reembolso, como pretende rever todo o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos em Portugal, que permanece excessivamente rígido, preso às autarquias, e sem capacidade de inovação ou cooperação com o setor privado. Devemos começar já a implementação de um **sistema de recolha seletiva dos têxteis**, atendendo às milhares de toneladas desperdiçadas todos os anos.

Queremos sair da frente das energias renováveis. Hoje, fontes como a energia eólica ou solar são, do ponto de vista comercial, altamente competitivas em relação aos combustíveis fósseis, tendo reduzido drasticamente os custos ao longo da última década. Mas Portugal não alcançará os seus objetivos se a abertura de uma central fotovoltaica em Portugal implicar o diálogo com 40 entidades diferentes, ou se a autorizações para o desenvolvimento de projetos de comunidades de energia e auto-consumo coletivo permanecerem na gaveta da Direção-Geral de Energia e Geologia. **Queremos simplificar toda a burocracia associada à instalação de energias renováveis**. E ainda na energia, queremos abordar o drama da pobreza energética em Portugal, muito associado não só aos baixos rendimentos como à fraca qualidade do edificado em Portugal: pelo menos **um quinto da população portuguesa vive ainda em condições que não se coadunam com as de um país moderno**.

A rede de transportes que defendemos mais a possibilidade da geração de um urbanismo mais denso a partir da flexibilização que propomos na habitação, constituem uma excelente oportunidade de nos tornarmos muito mais eficientes nas nossas emissões de CO2, ganhando também espaço e território à própria biodiversidade, através de programas de rewilding que reintroduzam espécies em ecossistemas que se encontram atualmente em perigo, como foi o caso de sucesso do lince ibérico.

Para trabalhar estes temas e abri-los aos membros e à sociedade, **publicaremos um Manifesto da Sustentabilidade**. Este manifesto destina-se a apresentar uma visão liberal da sustentabilidade, não só ambiental, mas também política, económica, social e cultural, reafirmando os valores liberais, e a evidência que empobrecer não é opção, antes pelo contrário: a criação de prosperidade, que só é possível com medidas liberais, é o único caminho para conseguirmos um Portugal melhor para hoje e para as gerações vindouras. Este manifesto encontra-se praticamente terminado, e deverá ser revelado pouco depois da Convenção. Teve como origem a MEG2021 e a Moção Sectorial aprovada na Convenção de 2021, a qual mereceu esmagadora aprovação dos membros.

E finalmente, a rápida digitalização, com o desenvolvimento da inteligência artificial e algoritmos cada vez mais poderosos são oportunidades económicas com um valor incalculável para nós, seja do ponto de vista de melhoria da qualidade de vida ou dos rápidos ganhos de produtividade que podemos alcançar. Permanecem, no entanto, riscos no horizonte: **se a sociedade não for capaz de acompanhar estes desenvolvimentos, depressa perderá ferramentas de conservação da sua própria privacidade**, ficando nas mãos de empresas ou governos que a pretendam explorar. Foi por isso que enfrentámos o Governo com a sua própria displicência constitucional no caso dos Metadados. **Queremos aprofundar a integração e equilíbrio entre a proteção de dados**, garantindo a liberdade comercial e cultural na internet, **limitando o Estado nas suas tentativas de devassa da vida privada**, como procuraremos a agilização dos serviços públicos através da introdução de mais partilha de dados de forma segura.

3.2.2. AÇÃO

VISÃO FACE A OUTROS AGENTES POLÍTICOS

O Governo de maioria absoluta do Partido Socialista demonstrou, com menos de um ano de legislatura, que é incapaz de governar para o bem dos portugueses. **É insustentável que Portugal fique mais quatro anos como está**: um país onde reina a estagnação, onde as instituições estão a saque e os portugueses pagam impostos recorde para sustentar os gastos desbaratados do governo socialista. O Partido Socialista é incapaz de fazer reformas, porque isso obriga a fechar a torneira do dinheiro do contribuinte que alimenta os interesses encostados ao Estado.

O nosso principal objetivo é tirar o Partido Socialista do Governo e fazer crescer o liberalismo em Portugal. Não subscrevemos a lógica da "vacina" socialista - que será preciso o país voltar a bater no fundo para que os portugueses percebam que o socialismo nunca foi, não é e nunca será solução. Sabemos as reformas que o país necessita e temos a coragem de as implementar, mantendo o partido e o país independentes de quaisquer interesses.

Infelizmente, não podemos dizer o mesmo de outros agentes políticos que devem ser importantes para a mudança do país. **O Presidente da República tem sido conivente com a degradação das instituições democráticas** e tem exercido este seu mandato comentando temas superficiais e não agindo nos temas essenciais. **O Partido Social Democrata perdeu a sua energia reformista**, tem aversão a muitas ideias liberais e representa uma oposição frouxa ao PS, procurando ser simples alternância em vez de alternativa, competindo pelos lugares no Estado com o PS.

CH, PCP e BE representam o fascínio pelo poder como ferramenta para esmagar aquilo de que desgostam, apelando aos sentimentos mais superficiais das pessoas e fomentando a divisão e conflitualidade social para ganharem votos. São partidos extremistas que pretendem usar o Estado para impor a sua visão de mundo.

DEMOGRAFIAS ESTRATÉGICAS E PROXIMIDADE

Para cumprirmos o nosso objetivo de tirar o PS do Governo e espalhar o liberalismo temos de crescer. **Para crescer, temos de comunicar fortemente novas bandeiras políticas em novos territórios, chegando a novos públicos**. Para além de mantermos e aumentarmos a nossa presença junto dos jovens e da classe média dinâmica das zonas mais urbanas, teremos de a expandir o partido para mais zonas suburbanas e do interior.

Esta estratégia obriga a maior proximidade, indo de encontro às pessoas para perceber as dificuldades por que passam e as soluções que preconizam. Assumimos o compromisso de **remodelar e aumentar a frequência do projeto Rotas Liberais, onde o Presidente estará em diferentes concelhos pelo país durante todo o ano**.

Assumimos o compromisso de **ter iniciativas mediáticas em locais populares de forma regular, por todo o país, e não só em períodos eleitorais**. Teremos ações em transportes públicos, em feiras e mercados, bem como reuniões de trabalho com empresas, sindicatos e associações da sociedade civil. Ajudaremos a que os núcleos consigam mapear e contactar as forças vivas das suas zonas.

A Iniciativa Liberal deverá ser reconhecida pelas pessoas de diferentes geografias como conhecedoras da sua realidade, e por estas pessoas que tenham tendências minimamente liberais como a melhor representante dos seus interesses. Esta aposta deve materializar-se em propostas liberais sobre assuntos que interessem a estas demografias, num estilo de comunicação apropriado a cada realidade.

A Comissão Executiva envolverá os Núcleos territoriais neste trabalho e acolherá todos aqueles que queiram desenvolver trabalho para que a ação política do Partido seja mais eficiente junto a estas demografias. Esta será a estratégia para termos liberalismo para todos e em todo o lado.

ABORDAGEM INTERNACIONAL

A Iniciativa Liberal aprofundará o seu envolvimento internacional. **Pretendemos construir pontes com as comunidades de portugueses no estrangeiro e sobretudo fortalecer e aumentar os nossos núcleos no estrangeiro**. Queremos reforçar a nossa capacidade de acesso a conteúdos e políticas internacionais, dar continuidade a momentos formativos e ser um participante ativo no desenvolvimento do liberalismo na Europa.

Continuaremos a mostrar comparativos com países europeus onde políticas liberais funcionam, procurando aproveitar a nossa diáspora para que funcionem como nossas testemunhas e ajudem no caminho a trilhar para a Europa. Iremos criar uma iniciativa junto dos núcleos europeus para agregar jovens que saem de Portugal todos os anos. Esta é uma forma de os aproximar de nós com o mote "não desistas de Portugal."

A aposta na expansão internacional tem importância estratégica, porque teremos eleições Europeias em breve e porque no contexto das próximas eleições legislativas interessa a que a Iniciativa Liberal obtenha uma votação expressiva nos círculos da Europa e Fora da Europa.

Devemos dinamizar redes de contactos com outros partidos liberais que assegurem uma estrutura europeia que permita à Iniciativa Liberal ter uma relação mais política com a família liberal, além de uma relação operacional, que facilite a divulgação das nossas políticas. Este trabalho será muito importante, quer antes quer depois das eleições europeias, onde teremos de montar uma nova equipa num ambiente completamente novo.

Será por isso importante **estarmos mais presentes no seio do ALDE Party, onde somos full member**. Mais que um estatuto, a participação deverá ganhar forma mais activa, nomeadamente nos Party Leaders e Council meetings, sempre na defesa de que o partido europeu, não obstante desejos de crescimento, não pode perder a sua matriz original nem a marca liberal. Devemos puxar ao máximo o ALDE para o liberalismo que a Iniciativa Liberal representa. Esta participação activa será também um sinal da ambição de alcançar representação no parlamento europeu, contribuindo para que os liberais continuem numa família política influente e abrangente na Europa.

Não obstante a participação no seio do ALDE Party, a Iniciativa Liberal deverá manter relações directas com diferentes organizações europeias, mas também de outras geografias, bem como com outras estruturas políticas, como são os casos da Internacional Liberal, da LYMEC e da Friedrich Naumann Foundation. A Iniciativa Liberal insistirá igualmente em comunidades portuguesas de países de língua oficial portuguesa, países onde historicamente existe forte comunidade portuguesa e países da nova emigração portuguesa.

JUVENTUDE

A abordagem da Iniciativa Liberal à temática da juventude estará assente em 5 pilares:

- Captação do interesse dos jovens portugueses pelas ideias liberais.
- Capacitação dos jovens para a participação cívica e política ativa.
- Comprometimento dos jovens liberais com trabalho útil para a difusão. dos ideais liberais e para a construção de um Portugal Mais Liberal.
- Conhecimento do eleitorado jovem e das suas aspirações.
- Promoção do convívio e consolidação duma comunidade de jovens liberais em Portugal.

Continuaremos a rejeitar o modelo de juventude partidária, mas continuaremos a apostar em jovens nos vários projetos do partido, reforçando o peso político do pelouro da Juventude da Comissão Executiva. A Comissão Executiva continuará a **organizar o Encontro Nacional da Juventude com a ambição de ser o maior evento partidário de juventude em Portugal**. Procuraremos promover, em colaboração com os núcleos, encontros locais de Jovens Liberais.

A produção de conteúdos digitais será pedra angular para chegar ao público jovem da IL. A agenda irá ainda incluir um encontro anual, dirigido a políticas para a juventude, onde os jovens, membros ou não, poderão debater entre si, materializando-se assim tanto um momento de identificação de talento como de produção de políticas.

Procuraremos abordar a população estudantil, sobretudo universitária, através da formação de mais núcleos de estudantes liberais, desafiando os nossos jovens em idade universitária a aprofundar a sua participação cívica e capacidade de liderança, contando para tal com acompanhamento e um canal aberto com o partido.

Finalmente, ambicionamos estar em todos os fóruns e debates políticos onde esteja a Juventude. Participaremos em debates com outras juventudes partidárias e partidos. Queremos continuar a estabelecer laços com as organizações de juventude a nível nacional e internacional, convidá-las a construir política connosco e também com elas formar os nossos jovens dentro e fora do partido.

3.3. COMUNICAÇÃO EXTERNA

A Iniciativa Liberal mudou a comunicação política em Portugal, quer no digital quer na comunicação de rua, **liderando hoje as redes sociais políticas e diferenciando-se pelos seus cartazes disruptivos**. A comunicação foi uma arma essencial para o sucesso da Iniciativa Liberal e continuará a sê-lo. **A equipa responsável por essa comunicação está nesta lista à Comissão Executiva** e continuará a publicar diariamente com a eficácia, criatividade e irreverência que lhe é reconhecida, propagando a mensagem da Iniciativa Liberal e exercendo feroz oposição às políticas e aos partidos que atrasam Portugal.

A Iniciativa Liberal continuará a executar manobras de comunicação apelativas, provocadoras e fundamentadas, baseada em dados e comparações, focando-se na explicação das suas propostas e no máximo alcance da sua mensagem.

A Iniciativa Liberal irá expandir a sua presença nos meios de comunicação social, através de um maior número de manobras mediáticas para o crescimento e reconhecimento do partido e do liberalismo. A **remodelação e aumento da frequência do projeto Rotas Liberais**, onde o Presidente estará em diferentes concelhos pelo país durante todo o ano, e não só em períodos eleitorais, permitirá criar muitos mais momentos impactantes para a Iniciativa Liberal que devem ser aproveitados em termos de comunicação. Com Rui Rocha, a Iniciativa Liberal estará também mais vezes na rua sempre que se justificar, seja em protesto ou na chamada de atenção para um problema. A Iniciativa Liberal vai também expandir a sua rede de porta-vozes para ter uma presença mediática mais diversificada nos temas e nos meios em que acontece.

A Iniciativa Liberal irá continuar a organizar os seus eventos já habituais e somará novos eventos a esses, consoante as circunstâncias políticas. A Iniciativa Liberal terá a Descida (e Subida) da Avenida da Liberdade no 25 de Abril, o Arraial Liberal, a Reentrée Liberal, o X'IL - Encontro da Juventude, a Festa da Liberdade no 25 de Novembro. **A estes eventos iremos somar o Festival da Liberdade, um festival de dois dias de expressão artística, sobretudo musical, e manifestações de rua sempre que for politicamente oportuno**, como poderá a vir a ser brevemente sobre a Revisão Constitucional que o bloco central prepara.

As ações da política local são da responsabilidade dos Núcleos, podendo a Comissão Executiva apoiar sempre que for pedida ajuda. Também a Comissão Executiva solicitará ajuda aos Núcleos sempre que necessitar de ajuda local para desenvolver eventos nacionais. A Comissão terá muito gosto em elevar à categoria de evento nacional qualquer ação dos núcleos com especial interesse ideológico ou programático, ou oportunidade política.

O Merchandising da Iniciativa Liberal continuará a ser desenvolvido como elemento estratégico para divulgação da imagem, cultura e identidade do Partido. A "onda azul" liberal tem de se manifestar não só em alegria e energia, como nas cores de que temos orgulho.

Projetos a implementar na comunicação externa:

- **1.** Continuação das manobras de comunicação recorrendo a cartazes, renovando periodicamente toda a rede nacional.

- **2.** Reforço da comunicação digital, mantendo a alta capacidade de engagement mas investindo mais na explicação das propostas da Iniciativa Liberal, com vídeos, animações e infografias.

- **3.** Renovação completa do website da Iniciativa Liberal, tornando-o numa propriedade digital de referência, com toda a informação útil para os membros e interessados em conhecer melhor as propostas da Iniciativa Liberal. O website terá uma área para cada núcleo territorial da Iniciativa Liberal, com backoffice separado, fornecendo uma plataforma de comunicação a todos os núcleos e aumentando o alcance da sua comunicação.

- **4.** Loja de merchandising online. Será integrada uma loja com o merchandising da Iniciativa Liberal no website, tornando a aquisição destes produtos rápida e simples.

- **5.** Reactivação do lendário canal de WhatsApp da Iniciativa Liberal, que foi o segredo melhor escondido da campanha de 2019, essencial para a eleição do primeiro deputado liberal. Permitirá a dispersão direta dos conteúdos da Iniciativa Liberal por milhares de pessoas e estabelecerá um canal de feedback, que permite contacto direto com o partido por WhatsApp, a membros ou simpatizantes.

- **6.** Dinamização de outras plataformas de comunicação, como o TikTok e o Twitch para streaming.

- **7.** Reformulação da newsletter Minuto Liberal, que comunicará para todo o país a actividade do partido, com novos espaços para os membros.

- **8.** Criação do podcast da Iniciativa Liberal com um resumo semanal da actividade do partido.

- **9.** Criação da app mobile da Iniciativa Liberal para uma comunicação mais direta com os eleitores e os membros.

ruirochaliberal.pt

RUI ROCHA MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

4

ESTRATÉGIA INTERNA

iniciativa liberal

4 ESTRATÉGIA INTERNA

4.1. CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

4.1.1. TERRITÓRIO

A Iniciativa Liberal tem vindo a implantar-se pelo território continental, ilhas e diáspora, contando actualmente com cerca de oitenta núcleos, de base concelhia.

Os Núcleos Territoriais estão agora junto de 73% da população portuguesa.

Executado num modelo de **descentralização**, promovendo **autonomia e responsabilidade**, a Comissão Executiva continua a acreditar que **o Território é absolutamente estratégico para os objectivos políticos da Iniciativa Liberal**.

O crescimento da nossa presença territorial, quase 10x mais nos últimos 3 anos, e a ambição de continuar essa implementação, implica de forma natural a necessidade de consolidar esse crescimento com uma estrutura dedicada para pensar o território juntamente com os núcleos. Uma **estrutura mais presente, mais disponível** e capaz de **multiplicar os contributos** de todos.

A Comissão Executiva considera que este acompanhamento em nada interfere com a autonomia local tendo apenas o objetivo de promover um trabalho em rede, partilha de experiências e conhecimento e contribuir para a capacitação individual e coletiva das equipas locais e nacionais da Iniciativa Liberal.

A Comissão Executiva reconhece ainda a necessidade e a importância deste acompanhamento acontecer de forma continuada e em simultâneo com a expansão territorial. Com um acompanhamento exclusivo e dedicado do Pelouro do Território e a colaboração de Pelouros como a Política Local ou Comunicação Interna, a Comissão Executiva assegura dois objetivos fundamentais: a **Expansão Territorial e a Consolidação** da presença da Iniciativa Liberal no País, permitindo a cada vez mais membros da Iniciativa Liberal uma participação mais activa na vida do partido.

A inclusão de um coordenador para cada uma destas áreas absolutamente estratégicas vai garantir uma especialização em momentos que são efectivamente diferentes na vida das estruturas locais, permitindo manter sempre o foco em ambas.

Para além desta equipa, a Comissão Executiva vai continuar a contar com outros membros e dirigentes que estejam disponíveis para colaborar e reforçar estas equipas nacionais. No caso do Território, esse princípio ganha ainda mais relevância tendo em conta a especificidade e dificuldades de determinadas realidades locais.

Esta colaboração é essencial que continue a fazer parte do ADN da estrutura da Iniciativa Liberal. Todos somos poucos. A Comissão Executiva é responsável pela implementação, da estratégia definida e pela coordenação dos diferentes grupos de trabalho. Garantindo sempre que o trabalho efetuado esteja ao alcance do escrutínio dos membros da Iniciativa Liberal . Não podemos cair no erro de afastar essa responsabilidade dos dirigentes eleitos pois são eles que prestam contas às bases do partido.

1. MAIS EXPANSÃO TERRITORIAL

A expansão territorial da Iniciativa Liberal é crucial para a consolidação e crescimento do eleitorado a nível local, para a **promoção da cultura liberal** e divulgação da mensagem e das políticas da Iniciativa Liberal, para a **angariação de mais membros** e simpatizantes, no conhecimento local e na dinamização de ação política junto à população.

A Iniciativa Liberal já tem presença nos concelhos com maior população, o que torna a expansão cada vez mais difícil de concretizar. A Comissão Executiva irá conduzir o processo e abranger todos os concelhos até 20 mil habitantes, o que significa que tem como objetivo constituir 121 Núcleos Territoriais. A partir deste marco irá cooperar com todos os membros de todos os concelhos que tenham a energia e a iniciativa para constituir novos núcleos. Este é um trabalho que só terá sucesso se for realizado em conjunto com as estruturas locais já existentes.

A Comissão Executiva define, com confiança, os seguintes objetivos para o presente mandato da Comissão Executiva:

- Até ao fim de 2024, 121 núcleos, 86% da população.
- Expansão na diáspora: mais 3 núcleos.
- Continuar o processo de expansão local na Madeira e nos Açores tendo como base as especificidades regionais destas duas geografias.
- Presença em todas as capitais de distrito.

A função da equipa da expansão é dar apoio a todos os membros que manifestem interesse em promover um Núcleo Territorial onde este ainda não existe. Esse apoio administrativo e burocrático estende-se desde a manifestação de interesse até à realização do plenário electivo.

A equipa da expansão mantém-se o ponto de contacto com o GCL durante os seus primeiros tempos e até garantir que todos os meios administrativos, financeiros e de comunicação foram entregues e estão em pleno funcionamento.

Cabe ainda a esta equipa, garantir que se conclui o pacote inicial de formação que abrange todas as áreas necessárias para capacitar os membros do Grupo de Coordenação Local (GCL) no arranque do seu mandato.

Depois desta fase, o contacto do GCL com a Comissão Executiva passa a ser através da equipa de consolidação.

2. MELHOR DOMÍNIO TERRITORIAL

O funcionamento dos núcleos tem desde o início sido pautado pela autonomia. Com o crescimento da Iniciativa Liberal e a eleição dos primeiros autarcas, a responsabilidade e a complexidade do trabalho dos Núcleos é cada vez mais exigente e publicamente escrutinada. Para manter o nível de qualidade que as estruturas locais nos habituaram é necessário promover um modelo de formação contínua, de criar objetivos, de estabelecer metas, de criar oportunidades de liderança e de promover o trabalho em rede.

A consolidação da expansão territorial tem o objectivo de preventivamente promover acções de capacitação continuadas e reactivamente dar resposta a necessidades pontuais ou espoletar um reforço de formação.

Para que a consolidação funcione é necessário manter atualizada a lista das principais necessidades e dificuldades das estruturas locais. Para isso, para além do conhecimento aprofundado já detido pela equipa, a Comissão Executiva contará com canal de comunicação permanente e bidirecional específico para as estruturas locais e onde todos podem consultar as diferentes dúvidas e necessidades que os Núcleos reportam, assim como os esclarecimentos e ações corretivas que foram iniciadas.

Para além deste canal permanente, a Comissão Executiva continuará a promover um **Encontro Nacional de Coordenadores** com o objectivo de promover formação, troca de experiências e, em conjunto, produzir delinear alguns objectivos de curto prazo.

Este encontro acontecerá duas vezes por ano. Um no primeiro trimestre para definir objetivos e outro no último trimestre para avaliar a execução desses objetivos.

Este acompanhamento requer, para além de uma coordenação próxima e experiente, de uma estrutura profissional que possa estar inteiramente dedicada aos Núcleos, respeitando assim o estatuto de voluntário dos dirigentes e permitindo que estes possam ser mais eficazes durante o tempo valioso que despendem e consigam mais tranquilidade no esforço que entregam ao projeto. Este é um ponto fundamental pois é essa dedicação e o contributo de muitos que permite a Iniciativa Liberal continuar a crescer e a passar a sua mensagem.

As áreas onde a aposta na profissionalização estará mais presente são a área administrativa, financeira e jurídica.

A Comissão Executiva e a equipa do Território querem desenvolver, de forma continuada:

CAPACITAÇÃO

- **Formação aos núcleos** – cobrindo temas como imprensa e media, planeamento político local, plataformas de design gráfico para social media, plataformas de trabalho colaborativas e de comunicação interna, estratégia e ações de comunicação digital, cultura da Iniciativa Liberal, gestão interna de núcleos territoriais, processos de inovação nos núcleos territoriais, onboarding de membros, planeamento e estratégia, análise de risco político, gestão de eventos, gestão de talento, tesouraria.

- **Apoio à gestão dos núcleos** - apoio ao desenvolvimento, dentro dos Núcleos, das necessárias estruturas, equipas e interlocutores dedicados sobretudo a temas de direção política, de secretaria, de tesouraria, de ações, conteúdos, comunicação.

- **Gabinetes de estudo locais** - Integração dos gabinetes de Núcleos e o Gabinete de Estudos - garantir uma estreita comunicação entre as equipas de debate político local de forma a que exista um fluxo de informação contínuo entre as estruturas nacionais e locais. Este será um processo essencial para uma melhor consolidação e estruturação do conhecimento local. Será também uma mais valia para o Gabinete de Estudos que irá estar aberto para todo o conhecimento produzido a nível local.

- **Captação de talento** - Criação de um programa de desenvolvimento para capacitação técnica e política dos membros. Identificação de capacidades de liderança, especialistas em diferentes áreas, membros com capacidade de gestão.

COOPERAÇÃO

- **Pelouro de política local** - Criação de mecanismos que promovam a articulação política da Comissão Executiva com os protagonistas da política local da Iniciativa Liberal. Promover a cooperação política entre os Núcleos Territoriais e os Autarcas que os representam.

AÇÕES

- **Rotas Liberais** – Eventos para promover uma aproximação do partido com os Núcleos Territoriais, com a população, pessoas ou instituições de relevo a nível local.

- **Encontro Nacional de Núcleos** - realização de encontros nacionais entre coordenação de núcleos para promoção de partilha de ideias e experiências.

- **Presidente no terreno** – Encontros regulares do Presidente da Comissão Executiva com os Núcleos Territoriais. Os restantes membros da CE irão igualmente e de forma desfasada promover ações no terreno com os Núcleos.

- **Tema do trimestre** - Promover a realização de ações locais dedicadas a um tema específico, de forma a aprofundar o conhecimento técnico sobre temas como saúde, mobilidade, sustentabilidade, economia local, educação, transparência, habitação, segurança, orçamentos municipais. A definição dos temas deverá ser construída de forma colaborativa entre os Núcleos Territoriais.

ORGANIZAÇÃO

- **Plataforma de gestão** – Criar uma plataforma de gestão digital para agilização de processos. Nesta plataforma será disponibilizado um serviço de helpdesk e ticketing para apoio administrativo e de gestão a todos os núcleos, terá plataformas de trabalho colaborativo, repositórios de informação, formações em modelo e-learning, gestão de merchandising, entre outras funcionalidades que serão construídas em conjunto com os núcleos.

RECURSOS

- **Financeiro** - Aumento da capacidade financeira dos núcleos através do aumento da participação nas quotas.

- **Logística** – Otimização dos processos de distribuição de material e merchandising para a realização de eventos locais, criando para esse efeito pontos de logísticos para entrega e recolha de material.

- **Comunicação Digital** – Disponibilização de uma plataforma de design gráfico para todos os núcleos com templates prontos a usar e com um "kit de marca". A Iniciativa Liberal terá um sistema de propagação de conteúdos digitais que todos os núcleos podem usar e adaptar à sua realidade, conseguindo assim facilmente construir em cima dos materiais de comunicação distintivos a apelativos que a Iniciativa Liberal usa no país.

- **Serviço de apoio Administrativo, Jurídico e Financeiro** – Com o aumento do grau de complexidade da atividade dos núcleos torna-se necessário reforçar o apoio administrativo, jurídico e de análise financeira, tanto a núcleos como autarcas.

4.1.2. MEMBROS

Os membros são a unidade elementar da Iniciativa Liberal, sendo a partir do seu contributo que se formam ideias, projetos e iniciativas. Da sua disponibilidade que se formam equipas, órgãos locais e nacionais e os nossos futuros líderes.

Queremos continuar a crescer, a captar cada vez mais membros, que enriqueçam os núcleos atuais ou nos desafiem a formar novos. Queremos mais membros que estejam disponíveis para usar a sua vontade, capacidade e energia para espalhar a mensagem e a cultura liberal por todo o país. Esta expansão é crucial para a consolidação e crescimento da Iniciativa Liberal, para a diversidade de opiniões e de visões e para o enriquecimento da nossa cultura liberal e debate de dentro para fora. As bases são a base de tudo.

A dimensão extraordinária que a Iniciativa Liberal atingiu e ambiciona atingir nos próximos anos obriga-nos a continuar a profissionalizar o processo de gestão de membros e a pensar a sua experiência com o partido nas diversas fases de interação. Este é um processo partilhado entre a estrutura nacional e as estruturas locais.

A Comissão Executiva entende que os membros devem ser devidamente acompanhados durante o seu processo de filiação e durante os seus primeiros momentos como membro.

Este processo de onboarding deve ser informado e estruturado e permitir que os membros tenham conhecimento da estrutura da Iniciativa Liberal, dos seus documentos fundamentais e internos, dos seus direitos e deveres, das equipas a que se podem dirigir consoante o tema, dos grupos a que se podem juntar e de que forma podem colaborar e contribuir.

A disponibilidade e contributos dos membros é o maior activo da Iniciativa Liberal, canalizar esse activo é uma prioridade absoluta da Comissão Executiva.

Para que tudo funcione de forma ágil e consequente, a **Comissão Executiva irá criar o Portal do Membro**, uma intranet onde toda a informação estará sempre disponível e atualizada, onde os membros poderão enviar sugestões ou pedir esclarecimentos de forma direcionada e onde se concretiza toda a ligação entre **Membro - Estrutura Local - Estruturas Nacionais**.

Será também criado um fórum de discussão para todos os membros da Iniciativa Liberal, com secções temáticas, para potenciar a energia criativa de todos os membros, permitir que pessoas com os mesmos interesses se encontrem e possam colaborar e discutir os seus temas de maior interesse, numa perspectiva de todos poderem contribuir para a construção de um Portugal Mais Liberal.

CONHECIMENTO E INVESTIGAÇÃO

A Iniciativa Liberal é um partido de conhecimento, credibilidade e capacidade.

O conhecimento e a investigação compõem uma peça essencial à ação política que a caracteriza. A Iniciativa Liberal distingue-se no panorama político português pela difusão do pensamento liberal alicerçado em dados credíveis e políticas comprovadamente bem-sucedidas. Desmistificar o liberalismo perante o eleitorado português implica ligar o ideário liberal a propostas e dados empíricos que evidenciem que o liberalismo funciona e faz falta a Portugal.

EVOLUÇÃO

O Gabinete de Estudos (GE) tem tido um papel importante em diferentes fases da construção desta vertente de ação política. Foi lançado em meados de 2020 para canalizar o conhecimento de voluntários para a atividade parlamentar encabeçada pelo primeiro deputado da IL, eleito no ano anterior. Com a revisão estatutária de 2021, o GE foi assumido como estrutura interna da Iniciativa Liberal na dependência da Comissão Executiva.

Após a eleição do primeiro Grupo Parlamentar da IL, composto por oito deputados e uma equipa alargada de assessores especializados, o GE entrou numa fase de reconfiguração e profissionalização. Foi publicado o Estatuto Editorial do Gabinete de Estudos e deram-se os primeiros passos no sentido de o alargar em dois sentidos: a possibilidade de colaboração a todos os membros da IL, e a disponibilização do trabalho do GE a todas as estruturas do partido e seus representantes eleitos. É essencial para a Iniciativa Liberal um Gabinete de Estudos que não esteja limitado a um círculo fechado, aberto à participação de todo o partido e com possibilidade de acesso ao trabalho que lá é executado.

PRIORIDADES E PRÓXIMOS PASSOS

O GABINETE DE ESTUDOS DEVE:

Prosseguir as iniciativas lançadas em 2022, antes da cessação antecipada da CE nesse ano, designadamente:

- Continuar o processo de recrutamento de novos membros que se candidataram ao GE, com vista à sua integração através de grupos de trabalho dedicados a projetos específicos ou grupos de consulta permanente;
- Manter a caixa de sugestões como canal de participação para todos os membros para partilharem ideias;
- Desenvolver condições para um maior foco no desenvolvimento especializado de projetos de médio-longo prazo, separados da função de consulta de curto-prazo em fóruns próprios para o efeito;
- Articular horizontalmente, em rede, o conhecimento e propostas desenvolvidas por órgãos locais e nacionais do partido bem como pelos eleitos pela Iniciativa Liberal e suas equipas, a nível local, regional, nacional e eventualmente internacional;
- Sistematizar e tornar acessíveis aos membros as iniciativas e posições políticas adotadas pela Iniciativa Liberal nas diversas frentes de ação política que são de conhecimento público, bem como outro conhecimento útil a diferentes tipos de atividade política.

Dar novos passos no sentido de aprofundar e alargar o proveito da sua actividade, entre os quais se destaca:

- Organizar as Jornadas do Gabinete de Estudos, a primeira Conferência do GE, com vista a torná-la num evento anual do partido;
- Articular, através de novos canais bidirecionais de comunicação interna, a produção do GE com as outras estruturas do partido e com os representantes eleitos pela Iniciativa Liberal nos diferentes órgãos de poder;
- Criar um sistema de ticketing com pipeline de pedidos ao GE em articulação com outras estruturas do partido e representantes eleitos nos órgãos de poder;
- Desenvolver, no seguimento do ponto anterior, um banco de ação local onde será possível encontrar conhecimento e trabalho realizado a nível local, para consulta sobretudo de coordenadores de núcleos territoriais, autarcas e deputados regionais.

4.2. ADMINISTRATIVO

SECRETARIA-GERAL

A Secretaria-Geral coordena o funcionamento de toda a estrutura do partido, nomeadamente a sua gestão administrativa, operacional e política - membros, património, serviços, reuniões e eventos.

A Secretaria-Geral é ponto de contacto constante, completo e eficiente com todos os membros e estruturas do partido.

A Secretaria-Geral tem por missão, no que respeita aos membros, prestar todo o apoio desde o momento da filiação, gerir a informação e através dos canais de comunicação internos prestar todos os esclarecimentos, contribuindo para o crescimento político de todos os liberais.

No que respeita aos Núcleos Territoriais, a Secretaria-Geral tem por missão o apoio, a formação e a capacitação técnica para o trabalho local desenvolvido pelos Núcleos Territoriais e para o crescimento dos seus membros. A Secretaria-Geral trabalha com total respeito pela independência dos Núcleos Territoriais consagrada nos estatutos e nos regulamentos.

A Secretaria-Geral vai continuar a garantir tarefas como:

- Organização e manutenção do arquivo.
- Admissão e desfiliação de membros.
- Acompanhamento aos membros.
- Selecção de fornecedores.
- Gestão de recursos humanos.
- Representação institucional do Partido.
- Gestão dos processos burocráticos.
- Formação contínua aos GCLs nos procedimentos internos.
- Registo e distribuição da correspondência e email oficial.
- Apoio administrativo e operacional
  - aos vários pelouros da CE;
  - às estruturas locais;
  - aos restantes órgãos da IL;
  - às reuniões internas do Partido;
  - aos eventos do Partido;
  - às candidaturas e campanhas a que o Partido concorre.

MEIOS MATERIAIS

A **Iniciativa Liberal** continuará a ter uma política contida no que diz respeito à aquisição de meios materiais afectos à actividade política, os quais devem ser geridos estritamente de acordo com as nossas necessidades e disponibilidades em cada momento.

É importante garantir um propósito e a optimização dos meios adquiridos.

Por norma, a política da Iniciativa Liberal deve estar assente na subcontratação e aluguer sempre que a aquisição não represente um claro ganho financeiro a médio prazo ou quando o produto/serviço representa uma necessidade pontual.

A política de partilha de meios e recursos tem sido benéfica e deve manter-se, criando para esse efeito pontos de logísticos para entrega e recolha de material.

Esta Comissão Executiva irá apresentar um sistema de geolocalização e gestão de reservas e partilha destes meios, nomeadamente os que representam um ganho significativo relativamente ao custo de aquisição como mupis, sistema de som e imagem ou elementos de comunicação.

PROFISSIONALIZAÇÃO E SERVIÇOS

A Comissão Executiva defende uma política de Compras e Gestão de Fornecedores e de Contratação com procedimentos claros e igualdade de oportunidades, exigente com a legislação e convenções internacionais aplicáveis e com mecanismos de melhoria e avaliação contínua.

Neste sentido irá apresentar ao Conselho Nacional uma proposta de Código de Conduta, o qual deverá estabelecer um conjunto de regras, nomeadamente as restrições comerciais entre sociedades participadas por dirigentes do Partido, ou seus familiares, e a Iniciativa Liberal.

No tocante à profissionalização, a Comissão Executiva sugere a criação de uma comissão de vencimentos que possa avaliar a política de vencimentos e de contratações do Partido e produzir um relatório anexo às suas contas para apreciação do Conselho Nacional.

4.3 TESOURARIA

Ao serviço da estratégia da Iniciativa Liberal deve estar um **financiamento adequado** e uma **execução orçamental eficaz e responsável**.

O Partido depende da boa vontade reiterada dos membros, simpatizantes e eleitores. A Iniciativa Liberal assume o compromisso de gerir os seus fundos de forma prudente, retirando o máximo valor dos seus investimentos e custos. Só assim podemos merecer a contínua confiança de membros, simpatizantes e doadores.

A Iniciativa Liberal procurará deter almofadas financeiras para desafios vindouros de modo a precaver o seu futuro. Rejeitamos a lógica "se há orçamento, é para gastar." Seremos um partido financeiramente sustentável. A Iniciativa Liberal tem um enorme orgulho em não ter dívida. Aplicamos o que defendemos para o país.

A Iniciativa Liberal está sujeita às leis que regulam o financiamento partidário, as quais impõem estritas obrigações de conformidade. A Tesouraria deve garantir o cumprimento de todas as obrigações de caráter legal, fiscal, contabilístico e de reporte aos órgãos internos competentes, ao Tribunal Constitucional e a outras entidades que as regras exijam.

O universo da Tesouraria da Iniciativa Liberal deve englobar uma equipa nacional e um responsável local, por cada Grupo de Coordenação Local, que é autónomo na gestão dos seus fundos.

Estão dentro do seu âmbito garantir as tarefas de:

- Acompanhamento de todas as componentes financeiras desenvolvidas pelos Órgãos Nacionais e Locais.
- Financiamento do Partido.
- Elaboração de orçamentos e análise de desvios, bem como outras peças de planeamento financeiro.
- Gestão de fluxos de tesouraria, aprovação e execução de despesa.
- Processos administrativos e de arquivo.
- Contabilidade operacional.
- Elaboração e apresentação das contas anuais consolidadas.

Para um eficaz cumprimento de todas as obrigações, a equipa da tesouraria garante a capacitação de todos os envolvidos através de:

- Formação legal e técnica.
- Comunicação eficaz entre os tesoureiros dos Grupos de Coordenação Local e os serviços centrais.
- Apoio técnico profissional.
- Implementação de procedimentos e ferramentas homogéneas a todos os órgãos do partido, para elaboração de orçamentos, registo de operações financeiras e de reporte a nível central e local.
- Controle orçamental.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A atividade política necessita de um financiamento eficaz e sustentável. De acordo com a lei, os partidos podem financiar-se através de quotas, donativos, angariação de fundos e subvenção pública.

SUBVENÇÕES PARTIDÁRIAS

A subvenção pública é estabelecida pelos resultados das legislativas e as subvenções de campanha pelos resultados da respectiva eleição.

A reforma do sistema de financiamento partidário continuará a ser um dos objetivos da Iniciativa Liberal . Porém, regras diferenciadas desequilibram o combate político. Enquanto essa reforma não acontecer, a Iniciativa Liberal vai aceitar este financiamento tal como está definido.

DONATIVOS E ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

Estas fontes de financiamento foram cruciais para suportar a atividade política durante os primeiros anos da Iniciativa Liberal. Ainda hoje são uma componente importante no financiamento do Partido e, em conjunto com as quotas, permitem que o Partido não esteja exclusivamente dependente das subvenções partidárias.

Momentos como campanhas eleitorais, comunicação política criativa e arrojada e eventos originais são os mais eficazes na ativação deste financiamento. É desejável, para a sustentabilidade financeira a médio prazo, que este tipo de financiamento tenha a maior expressão possível.

QUOTAS

As quotas dos membros têm representado uma fatia importante do financiamento da Iniciativa Liberal .

A Iniciativa Liberal distingue-se dos outros partidos por ter quotas mais altas. A Iniciativa Liberal não pode estar exclusivamente dependente do financiamento estatal, daí a importância das quotas dos seus membros. Um valor de quotas baixo fomenta ainda práticas que existem nos outros partidos e que podem condicionar a defesa das ideias feita com total independência.

Por outro lado este valor pode ter limitado, e estar a limitar, o crescimento da Iniciativa Liberal em termos de membros. Esta realidade afecta essencialmente os apoiantes mais jovens.

Neste momento, os sucessos e consolidação do Partido que asseguraram várias fontes de financiamento, permitem um ajustamento de valor que potenciem o seu crescimento garantindo que continua a dificultar "compras" de votos sem afastar membros convictamente liberais.

- Uma redução da quota de 60€ para 40€.
- Extensão da idade limite de 23 anos para 25 anos para a quota reduzida de 20€.
- Planos prestacionais para quem o solicitar.

As informações relativamente às Quotas de cada membro, tais como modalidade em vigor, formas de pagamento, valores vencidos, pedidos de alteração e recibos de pagamento já efetuados, passarão a estar disponíveis no novo portal do membro.

FINANCIAMENTO DAS ESTRUTURAS LOCAIS

Uma das formas de promover a descentralização é através da melhoria e reforço do financiamento local. Esse reforço pode, e deve, acontecer de forma sustentável e acompanhar a estratégia do Partido.

O financiamento às estruturas locais pode ser direto ou indireto.

FINANCIAMENTO DIRECTO

A Comissão Executiva entende que o financiamento directo deve ser atribuído através de um orçamento exclusivo para os Núcleos Territoriais que é composto por uma percentagem das Quotas.

A percentagem das quotas que reverte para os Núcleos Territoriais deve passar de 1/3 (33%) para 2/3 (66%) de cada quota efetivamente paga.

É igualmente importante que o método de distribuição deste orçamento pelos diferentes Núcleos Territoriais continue a ter em conta os Núcleos mais recentes e a realidade do país que continua a desertificar as zonas mais interiores de Portugal.

Assim, a Comissão Executiva entende que os Núcleos recém formados devem receber uma Startup Fee extra ao orçamento das quotas.

O orçamento das quotas deve ser distribuído em dois blocos. Uma percentagem que seja distribuída de forma igualitária por todos os Núcleos Territoriais existentes independentemente do tamanho (número de membros) e a restante percentagem de acordo com o número de membros de cada Núcleo Territorial.

Esta distribuição deve constar no orçamento anual do Partido e deve ser objecto de debate no Conselho Nacional e nos encontros nacionais de Núcleos.

FINANCIAMENTO INDIRECTO

O financiamento indirecto é contabilizado através dos recursos e meios partilháveis e ao serviço dos Núcleos Territoriais.

OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO LOCAL

Angariação de fundos e donativos
O produto de atividades de angariação de fundos e recolha de donativos de pessoas singulares realizadas pelo Núcleo Territorial, deve continuar a reverter na totalidade para o respectivo Núcleo Territorial.

Eleições
O modelo de financiamento extra das actividades dos Núcleos em períodos eleitorais é definido de acordo com o orçamento anual aprovado em Conselho Nacional. É uma verba extra que em nada afecta as ordinárias.

Outros
A estrutura nacional do Partido pode avaliar e financiar, total ou parcialmente, actividades organizadas pelos núcleos que, dado a sua natureza e relevância, se enquadrem dentro da estratégia nacional. Uma boa articulação entre as estruturas será sempre chave neste processo.

4.4. COMUNICAÇÃO INTERNA

Uma das principais prioridades internas da Iniciativa Liberal deve ser tornar a Iniciativa Liberal tão forte em comunicação interna como o é na sua comunicação para o país. Esta ambição concretizar-se-á na disponibilização de canais internos onde diferentes tipos de informação circulam entre os membros, as várias estruturas do partido bem como os eleitos pela Iniciativa Liberal, aos níveis local, nacional e internacional.

À medida que a Iniciativa Liberal tem vindo a crescer, é cada vez mais evidente a necessidade de acesso atempado a diferentes categorias de informação sobre a sua atividade bem como a dados oficiais e estudos que permitam uma ação política eficaz e ajustada pelos seus atores políticos à realidade portuguesa.

Deram-se passos neste sentido, como com o Minuto Liberal, partilhado com todos os membros do partido, com o Boletim Parlamentar, partilhado com a Comissão Executiva e o Boletim do Gabinete de Estudos partilhado com os membros que o integram.

Enquanto partido que quer potenciar novas tecnologias de informação e comunicação ao serviço de uma participação na política de qualidade muito superior à existente no país, o envio unidirecional de conteúdos aos membros tem um alcance limitado. A Iniciativa Liberal deve agora dar um passo maior para disponibilizar conteúdos on demand, evitando o spam, e criar condições para uma comunicação bidireccional entre os membros.

Um partido mais inteligente é um partido onde a informação flui de forma organizada para que quem queira lhe possa aceder intuitiva e atempadamente.

› ÁREA DO MEMBRO

A Comissão Executiva irá criar uma plataforma onde cada membro possa, através de uma conta individual de **intranet**, consultar vários tipos de informação sobre a atividade do partido a vários níveis, contactando com diferentes estruturas, a nível local, nacional e internacional. Quanto mais informação organizada cada membro tiver à sua disposição, melhor preparado estará para dar a conhecer o pensamento liberal e as propostas da Iniciativa Liberal a todo o país.

Consoante os diferentes tipos de envolvimento de cada membro, será também possível aceder a mais informação especializada que permita a cada um fortalecer os seus contributos nas áreas em que estão mais politicamente ativos, desde investigação e conhecimento ao trabalho no terreno feito pelos núcleos territoriais e pelos eleitos nos vários órgãos de poder.

› INFORMAÇÃO ON DEMAND

Através da sua conta individual, cada membro poderá aceder consultar a um **catálogo de informação** sistematizada pelo partido:

› **Sobre o legado da Iniciativa Liberal** – para consulta de todos os membros:

a. Posições adotadas e iniciativas legislativas, bem como as principais linhas de fundamentação de cada. As votações também serão partilhadas, assim como a fundamentação das mais relevantes que possam ser divulgadas, dentro do que é razoável de modo a não condicionar o Grupo Parlamentar.
b. Outros conteúdos como fotos e vídeos das intervenções na Assembleia da República e outros órgãos de poder local, regional ou internacional.

c. Repositório de propostas autárquicas da IL, para partilha, estudo, e adaptação de propostas dos autarcas e núcleos territoriais, dentro da sua autonomia.

- **Relevante para a ação política da Iniciativa Liberal** – sobretudo de acesso à coordenação dos núcleos, membros dos órgãos nacionais do partido e aos eleitos pela IL:
  a. Estudos, dados e documentos oficiais, exemplos de políticas públicas bem-sucedidas e informação local especialmente relevante para diferentes áreas de ação política.

COMUNICAÇÃO BIDIRECCIONAL

Cada membro poderá comunicar através da sua conta utilizando as seguintes funcionalidades:

- **Caixa de perguntas à CE:** todos os membros poderão dirigir perguntas à CE, que serão respondidas numa rúbrica de Frequently Asked Questions (FAQ), com destaque de respostas por parte dos membros da CE às perguntas mais recorrentes.
- **Contacto com Eleitos:** serão transmitidas aos eleitos pela Iniciativa Liberal as questões e testemunhos que os membros lhes pretenderem dirigir. Se os eleitos puderem responder, a CE certificar-se-á que a resposta chegará sempre aos respectivos destinatários.
- **Ideias e propostas:** continuará disponível aos membros o formulário disponibilizado em 2022 para partilha de ideias e propostas que os membros gostariam de ver a Iniciativa Liberal representar.
- **Consulta do trabalho do Gabinete de Estudos:** mediante pedido e dentro da reserva necessária à eficácia da ação política da IL.

OUTROS SISTEMAS INTERNOS

Sistemas de dispersão de conteúdos digitais de comunicação para as equipas de comunicação dos núcleos territoriais.

- Partilha de templates e de materiais de comunicação a partir da comunicação nacional da IL, que depois podem ser usados ou adaptados pelas equipas de comunicação dos núcleos para fazerem a sua comunicação. A dispersão dos conteúdos é feita de forma automática sempre que há novo material e as equipas que o recebem podem adaptá-lo e trabalhá-lo no próprio sistema.

Sistemas colaborativos de elaboração de documentos e controlo de versões.

- Estado é código. Para se manter e fazer evoluir código existem sistemas colaborativos de controlo de versões e aceitação de alterações. A Iniciativa Liberal experimentará com um sistema git para controlo evolutivo e distribuído de versões de documentos, procurando o contributo de todos os membros em documentos específicos.

4.5. ÓRGÃOS NACIONAIS

CONVENÇÃO NACIONAL

A Convenção Nacional é o **órgão representativo dos membros do Partido** (Artigo 15.º dos Estatutos).

Durante o mandato da Comissão Executiva 2023-2024, e em virtude do alinhamento de mandatos (CN, CE, CJ, CF) será realizada:

- **Uma única Convenção ordinária em Dezembro de 2024:**
  - para eleição de nova CE, CN, CJ e CF.
  - previsivelmente em Dezembro de 2024, retomando a tradição de realização de convenções em Dezembro, e ganhando para o Partido um mês (relativamente a Janeiro), que será importante para as Autárquicas 2025.

- **Uma convenção extraordinária ainda em 2023:**
  - estatutária, se assim decidir o CN no seguimento do processo de revisão estatutário com o qual esta Comissão Executiva se compromete a propor e que gostaria de finalizar ainda em 2023.
  - programática, concluindo o processo de revisão do Programa Político.

REVISÃO ESTATUTÁRIA

A Comissão Executiva irá propor ao Conselho Nacional a abertura de um processo de revisão estatutária que permita:

- Resolver o problema de representação que a Iniciativa Liberal tem nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores e criar uma estrutura

representativa que possa interagir com os governos regionais.
- Rever a composição do Conselho Nacional, nomeadamente no que toca à forma de participação da Comissão Executiva.
- Introduzir outras melhorias que o processo identifique.

É importante garantir que este processo de revisão aconteça de uma forma informada e participada. Concretamente, todos os interessados devem ter oportunidade de sugerir e argumentar propostas de alteração que julguem pertinentes.

PROGRAMA POLÍTICO

O Programa Político é um documento fundamental do Partido.

Depois de passar por um processo colaborativo interno será debatido e votado na Convenção Nacional. O Programa Político deverá:

- Articular-se com a Declaração de Princípios.
- Definir os temas políticos importantes para o país, relevantes para o bem-estar dos portugueses, abordagens que sejam solidamente liberais e conducentes à definição de políticas liberais abrangentes.
- Abster-se de estipular modelos ou concretizar propostas, sem prejuízo de exemplificação – porque estes conteúdos pertencem a programas eleitorais ou pacotes de medidas políticas.
- Ser um "manual" da nossa abordagem aos grandes temas da política nacional, um instrumento de comunicação, e portanto ser desenvolvido numa linguagem acessível e apelativa.

CONSELHO NACIONAL

O **Conselho Nacional, equipa alargada para temas estratégicos**, é um órgão político, de acompanhamento estratégico e o **garante da correcta execução da Moção de Estratégia Global aprovada em Convenção Nacional**.

O Conselho Nacional deve ainda debater e aprovar documentos internos como regulamentos e regimentos, criar comissões de acompanhamento para projetos pontuais (como por exemplo revisão estatutária), pronunciar-se sobre documentos estruturais do partido a submeter à Convenção Nacional, aprovar as contas do Partido e convocar as Convenções Nacionais.

O Conselho Nacional deve avaliar globalmente o contexto do país, o impacto da ação política do Partido, e corrigir o rumo estratégico da Iniciativa Liberal se tal se afigurar necessário.

A Comissão Executiva compromete-se a inspirar e a mobilizar o **Conselho Nacional** para levar a cabo a Estratégia que venha a ser aprovada pela Convenção.

No que depender da Comissão Executiva, o Conselho Nacional será sempre valorizado enquanto fórum de reflexão e aconselhamento estratégico do Partido, e de aprofundamento da cultura e das boas práticas da Iniciativa Liberal.

A Comissão Executiva procurará, proactivamente, consultar o CN em temas de especial relevância para o Partido, como aconteceu no passado com a proposta própria sobre a morte medicamente assistida, ou para debates que ajudem à tomada de decisão de posição política, como foi o caso do novo aeroporto de Lisboa.

A Comissão Executiva dará todo o apoio logístico e administrativo que o órgão necessitar e solicitar.

› CONSELHO DE JURISDIÇÃO

É o órgão responsável por zelar pelo cumprimento da legislação nacional e interna aplicável à atividade dos órgãos e membros da Iniciativa Liberal.

O Conselho de Jurisdição atuará sempre de forma livre e independente e as suas deliberações serão sempre respeitadas pela Comissão Executiva.

A Comissão Executiva deve privilegiar a consulta preventiva do Conselho de Jurisdição e solicitar a sua colaboração em matérias de revisão regulamentar ou regimental.

› CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

É o órgão responsável pela fiscalização da gestão financeira e das contas do Partido, devendo dar parecer sobre os relatórios e contas dos seus exercícios anuais, podendo ainda conduzir auditorias internas.

A Comissão Executiva compromete-se a enviar toda a informação necessária para a boa avaliação por parte do órgão.

No mínimo, este acompanhamento deve realizar-se em dois momentos de cada ano do mandato e, sempre que possível, estender-se ao longo do mandato, de modo a permitir uma análise mais próxima das atividades financeiras do Partido.

4.6. ELEITOS PELA INICIATIVA LIBERAL

Todos os representantes eleitos pela Iniciativa Liberal são **embaixadores das ideias liberais**. Deles depende a mudança que queremos para Portugal. É necessário que estejam devidamente capacitados pelo Partido, para que provem que **um liberal faz toda a diferença**.

Neste momento, a Iniciativa Liberal conta com oito deputados na Assembleia da República (AR), um deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e 90 autarcas em Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e de Freguesia. Tendo legitimidade democrática própria, os representantes eleitos e suas equipas não deixam de estar politicamente vinculados às candidaturas com que foram eleitos, pelo Partido que os apoiou, mesmo quando não integram órgãos da Iniciativa Liberal.

A Iniciativa Liberal deve promover meios de comunicação interna entre os eleitos da Iniciativa Liberal, e entre estes e os órgãos que constituem o Partido, disponibilizando o conhecimento produzido pelo Gabinete de Estudos. Pretende-se igualmente dar maior visibilidade ao trabalho feito por esses representantes, de modo a aumentar o impacto político externo, tanto da AR, como das Assembleias Regionais, Autarquias e Parlamento Europeu através dos diversos meios do Partido.

A nível interno, a Comissão Executiva organizará **Jornadas de trabalho** bianuais com a participação dos autarcas, núcleos e deputados que venham participar nestas reuniões de trabalho com agendas que contenham partilhas de informação, experiências, **estratégia política, mas também formações, numa componente mais técnica, nomeadamente em Comunicação Política, Media Training**, etc.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - GRUPO PARLAMENTAR

As Eleições Legislativas de 2022 representaram, para a Iniciativa Liberal , mais um grande momento de crescimento, com a eleição de um Grupo Parlamentar (GP). A eleição de 8 deputados à Assembleia da República conferiu à Iniciativa Liberal mais presença, mas principalmente, maior capacidade de intervenção.

Nas suas várias atividades, o GP contou sempre com o apoio fundamental dos membros da Iniciativa Liberal , através do Gabinete de Estudos, mas também dos vários órgãos do Partido, sobretudo em temas mais mediáticos e de âmbito autárquico.

Neste sentido, e ainda que o **GP desenvolva a sua atividade de forma autónoma, o papel da Comissão Executiva será o de promover a articulação entre o Partido e o GP**, de forma a garantir o cumprimento do Programa Eleitoral, do Programa Político e da agenda legislativa proposta nesta Moção de Estratégia Global.

A articulação entre o Partido, nos seus vários órgãos, e o GP deve ser promovida em diversos níveis:

- Pelos membros do GP - deputados e assessores - quer através de visitas dos Núcleos Territoriais à Assembleia da República, quer através de visitas de pessoas do GP aos Núcleos Territoriais.
- Pelos membros da CE, através de reuniões frequentes de alinhamento com o GP.
- Por via do Gabinete de Estudos, através de trabalho colaborativo entre deputados, assessores e membros do gabinete de estudos, tanto para a elaboração de iniciativas legislativas, como na análise de propostas em discussão.
- Por via da comunicação interna, através da partilha e divulgação de ideias ou sugestões, bidirecional, entre os membros da Iniciativa Liberal e o GP.

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

A Comissão Executiva continuará a manter relações de trabalho com os representantes liberais nas autarquias. Terá especial importância o Banco de Acção Local, **uma plataforma de partilha de conhecimento de política local e os Encontros de Núcleos e Autarcas**.

A Comissão Executiva compromete-se a articular a acção política do Partido com a acção política destes representantes, através do **Gabinete de Coordenação e de Apoio Autárquico**, sobretudo no que diz respeito à partilha de informação, formação contínua e comunicação interna, à produção de conhecimento local, ao relacionamento institucional e com a sociedade civil, ao apoio e coordenação de políticas e à comunicação política.

Este gabinete terá uma **estrutura profissional de apoio jurídico e financeiro** para análise dos orçamentos, Grandes Opções do Plano e regulamentos que sejam submetidos às Assembleias Municipais e Freguesias, sempre que o autarca sinta essa necessidade.

A Comissão Executiva pretende reforçar o plano de formação dos eleitos, tanto a nível interno, mas também promovê-las com recurso a entidades externas, nomeadamente através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre outras organizações.

› ASSEMBLEIAS REGIONAIS

Caberá às equipas regionais organizar as representações parlamentares que forem conseguidas em eleições, incluindo gestão das subvenções financeiras correspondentes.

A Comissão Executiva compromete-se a disponibilizar cooperação por via do Gabinete de Estudos e dos Pelouros Regionais da Madeira e dos Açores, com vista a amplificar o impacto da ação política parte-a-parte. **Os eleitos para o poder regional terão pleno acesso aos recursos que forem disponibilizados aos eleitos para as autarquias.**

› PARLAMENTO EUROPEU

A Iniciativa Liberal quer eleger nas Eleições Europeias de 2024. A Comissão Executiva deverá envolver-se, conjuntamente com os eleitos, na criação da estrutura de apoio ao projeto europeu, de modo a harmonizar o posicionamento entre o Parlamento Europeu e a Assembleia da República. Esta ligação será garantida pelos responsáveis do Pelouro Internacional. **De modo a aproximar a Europa a Portugal e por forma a demonstrar o impacto que as políticas europeias têm no dia-a-dia dos portugueses, esta Comissão Executiva dará especial relevância à divulgação do trabalho desenvolvido pelos deputados europeus.**

O PARTIDO PORTUGUÊS MAIS AVANÇADO NO SEU FUNCIONAMENTO

CRONOGRAMA PARA O UPGRADE DOS SISTEMAS

1º SEMESTRE 2023

1. Portal do Membro (com sistema de help desk e biblioteca autárquica).
2. Canal WhatsApp para broadcast de conteúdos e contacto com o partido.
3. Sistema de dispersão de conteúdos digitais pelas equipas de comunicação dos núcleos.
4. Reformulação do website com as áreas de comunicação dos núcleos.
5. Loja online de merchandising da Iniciativa Liberal.
6. Fóruns temáticos de discussão dos membros.

2º SEMESTRE 2023

1. App mobile Iniciativa Liberal (informação geral e área de membro).
2. Sistemas colaborativos de elaboração de documentos com controlo de versões (git).
3. Sistema de geolocalização de património do partido.
4. Sistema de mapeamento e de visualização de dados de âmbito local.

SISTEMAS JÁ ESPECIFICADOS E PRONTOS PARA COMEÇAREM A SER IMPLEMENTADOS.

Lista L

VALOR DA QUOTA REGULAR ANUAL DE MEMBRO	PERCENTAGEM DAS QUOTAS ENTREGUE AOS NÚCLEOS
60€	33%
40€	66%

RUI ROCHA
MAIS INICIATIVA LIBERAL

LIBERALISMO para TODOS

ruirochaliberal.pt

5

MENSAGEM FINAL

iniciativa liberal

LIBERALISMO PARA TODOS COM MAIS INICIATIVA LIBERAL

A Iniciativa Liberal tem feito um percurso notável enquanto partido recém-chegado ao panorama político português com uma **voz distinta** que apresenta uma **visão para o país realmente alternativa** à dos partidos existentes. O seu sucesso não se mede só nas urnas, onde tem merecido a confiança expressa de cada vez mais portugueses em todas as eleições a que se propôs desde 2019. Mede-se no debate político onde as **bandeiras liberais dominam cada vez mais** o discurso. Dos cartazes irreverentes e da comunicação mordaz e incisiva nas redes, a nossa mensagem partiu para a principal arena política do país, a Assembleia da República, chegando a mais órgãos de representação local e regional, e tornando-se cada vez mais impossível de ignorar na imprensa e comentário político.

O **nosso sucesso** vai além do conteúdo do debate público, que recentrámos no liberalismo enquanto alternativa ao socialismo e estatismo, e na urgência de fazer Portugal crescer e superar a estagnação social e económica. Inovamos na **qualidade do discurso político**, ao insistir em transmitir as nossas **ideias com base em dados credíveis e políticas públicas testadas com sucesso** dentro e fora de Portugal. Somos credíveis com sentido de humor e respeito pela inteligência dos portugueses, fundamentando as nossas ideias e propostas para o país, sempre recusando o discurso redondo, infantilizador ou pretensioso que há muito vem alienando os eleitores que perdem a esperança nos seus representantes e governantes.

Com a sua **rebeldia responsável,** a Iniciativa Liberal atraiu mais de 6000 membros com vontade e capacidade de construir este caminho lado a lado. À medida que crescemos em tamanho estamos também a amadurecer na nossa **democracia interna**, numa Convenção Nacional que reflete a **vivacidade, dinamismo, pluralismo e riqueza ideológica** presentes neste projeto político. É neste contexto **verdadeiramente liberal** que surge esta Moção de Estratégia Global.

Chegámos aqui **unidos em volta de um projeto comum**, sempre **confortáveis com as nossas diferenças**. É dito que onde há dois liberais há três opiniões. Esse **pluralismo é uma força** que permite aflorar as melhores ideias, argumentos e soluções ao serviço de uma **ação política eficaz e responsável**. Se outros glorificam o pensamento único e homens providenciais, neste partido é esperado que a capacidade crítica nunca se esgote. Com esta **cultura de**

debate construtivo em torno do que concordamos ser essencial, saímos fortalecidos ao encontro do melhor caminho para concretizar a visão liberal em Portugal.

Este é o **partido onde todos os liberais devem sentir-se representados**. E devem ter possibilidades efetivas de contribuir para o partido e serem reconhecidos pelo seu serviço à causa liberal. Como liberais em toda a linha, iremos defender e aprofundar o largo património que é consensual, fazer pontes internas, e **fazer o liberalismo chegar a todo o país** como esperam os portugueses que em nós depositaram a sua confiança. A Iniciativa Liberal será mais forte sempre que for capaz de acolher o somatório da imaginação e talento, das competências e da capacidade crítica de todos os seus membros.

Com esta Moção de Estratégia Global, a **Comissão Executiva compromete-se a trabalhar com todos os membros**, os eleitos pelo partido, os órgãos e dirigentes num espírito de franca abertura e colaboração na construção de um Portugal mais liberal. Terminada a Convenção eletiva, vamos rapidamente reforçar os canais de **comunicação interna e participação** na vida do partido e **vamos virar-nos para fora**, onde estão os nossos adversários, e onde estão os portugueses que necessitam do nosso trabalho e da nossa esperança. Para este combate contam todos os que querem ajudar a construir o projeto liberal, independentemente do candidato que apoiaram.

No "dia seguinte" todos serão chamados a colaborar. A Iniciativa Liberal sairá reforçada deste processo eleitoral interno, para continuar o caminho das ideias liberais em Portugal. Este é o **único projeto político capaz de criar um rumo para um país mais livre, próspero, com oportunidades para todos** superarem os desafios que a vida lhes trouxer, rumo à realização individual de acordo com os valores e ambições que cada um define para si.

É com Mais Iniciativa Liberal que Portugal terá Liberalismo para Todos.

Rui Rocha

iniciativa liberal

Lista L

RUI ROCHA

MAIS INICIATIVA LIBERAL

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

LIBERALISMO para TODOS

ruirochaliberal.pt